

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Empresarial e Saúde do Trabalhador

Ano/Semestre: 2022/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121802

Professor: Maurício de Carvalho Góes

EMENTA

Estudo do meio ambiente de trabalho e seus impactos na gestão das relações de trabalho. Abordagem de conceitos e ferramentas fundamentais para a gestão ambiental do trabalho na empresa. Proteção da saúde dos trabalhadores e aplicação das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Análise dos perigos e riscos no ambiente de trabalho, bem como dos institutos da insalubridade e periculosidade com abordagem das perícias de identificação dessas insalubridades e periculosidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Direitos fundamentais dos Trabalhadores. Meio Ambiente do Trabalho. Proteção ao trabalhador no contexto da saúde laboral. Responsabilidade Empresarial na saúde física e psíquica do trabalhador. Adicionais de insalubridade e periculosidade e perícias técnicas. Saúde Mental no Trabalho. Gestão e Compliance.

OBJETIVOS

- a) Analisar os aspectos técnicos de perícias realizadas em ações judiciais;
- b) Estabelecer a consciência da necessidade de desenvolvimento saudável do meio ambiente laboral;

c) Traçar as principais patologias que afetam a saúde psíquica do trabalhador.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo principalmente a apresentação de seminários, podendo ser aplicadas outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade e elaboração e entrega de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ASSIS, Romeu José de. Cipa - Teoria e Prática. 2. ed. São Paulo: Juruá, 2017.
- CARDELLA, Benedito. Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes. 2. ed. São Paulo: ATLAS, 2016.
- CAMISASSA, Mara Queiroga. Segurança e Saúde no Trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas. São Paulo: Método, 2015.
- EQUIPE DE LEGISLAÇÃO ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho. 79. ed. São Paulo: ATLAS, 2017.
- MELO, Raimundo Simão de. *Direito Ambiental do Trabalho e a saúde do trabalhador*. 3. Ed. São Paulo: LTr, 2008.
- MIGUEL, Alberto Sérgio S. R. Manual de Higiene e Segurança do Trabalho. 13. ed. Porto: Porto, 2014.
- OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. *Proteção jurídica à saúde do trabalhador*. 6. Ed. São Paulo: LTr, 2011.

_____. *Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. 12ª ed. Salvador: JusPODIUM, 2021.*

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. *Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.*

NEWSTROM. JOHN W. *Comportamento Organizacional: O comportamento humano no trabalho. São Paulo: McGraw Hill, 2008.*

PEREIRA, Alexandre Demetrius. *Tratado de Segurança e Saúde Ocupacional – Aspectos Técnicos Jurídicos. Vol 3 (NR 13 a NR 15). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.*

PEREIRA, Alexandre Demetrius. *Tratado de Segurança e Saúde Ocupacional – Aspectos Técnicos Jurídicos. Vol 4 (NR 16 a NR 18). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.*

RAMAZZINI, Bernardino. *As doenças dos trabalhadores. 4. ed. São Paulo: Fundacentro, 2016.*

SALIBA, Tuffi Messias. *Prova Pericial em Segurança e Higiene. 2. ed. São Paulo: LTr, 2016.*

SALIBA, Tuffi Messias. *Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA. 8. ed. São Paulo: LTr, 2017.*

SALIBA, T. M.; CORRÊA, M. A. C. *Insalubridade e Periculosidade. Editora Ltr: São Paulo. 13ª edição. 2014.*

SIQUEIRA, M. M., & PADOVAM, V. A. R. *Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 24(2), 201-209, 2008.*

TAMAYO, A. *Cultura e saúde nas organizações. Porto Alegre: Artmed, 2004.*

VENDRAME, Antonio Carlos. *Curso de Introdução à Perícia Judicial. 2. ed. São Paulo: LTr, 2012.*

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Metodologia para a Análise e Resolução de Casos

Ano/Semestre: 2022/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112152

Professor: Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Paradigmas de Pesquisa em Direito; Projetos de Pesquisa (Estrutura, processo de desenvolvimento e critérios de qualidade); Métodos de Pesquisa: A pesquisa experimental, a pesquisa Survey, o Estudo de Caso, a Pesquisa-Ação, a Etnografia, “Legal analysis and writing: how to read and brief a case and how to draft a memorandum” (a experiência americana); Técnicas de coleta de dados; Técnicas de análise de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pesquisa jurídica e suas características aplicadas ao Mestrado Profissional; etapas da construção de projeto de pesquisa; estruturas de Trabalho de Conclusão; metodologia da pesquisa jurídica, com ênfase na pesquisa empírica; estruturando o artigo científico e outros trabalhos acadêmicos.

AVALIAÇÃO

Participação qualificada nas aulas; apresentação de seminário, além de outros modelos, e

entrega de relatório de leituras e a elaboração do Projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito**: as regras de inferência. Tradução de Fábio Morosini. São Paulo: Direito GV, 2013.

EPSTEIN, Lee; MARTIN, Andrew D. **An introduction to empirical legal research**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca; NINÁCIO, Camila Silva. **(Re)pensando a pesquisa jurídica**: teoria e prática. 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Almedina, 2020.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MACHADO, Maíra Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

NUNES, Dierle; DUARTE, Fernanda Amaral. Jurimetria e tecnologia: diálogos essenciais com o Direito Processual. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 299, p. 407-450, jan. 2020.

PARGENDLER, Marlana; SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 262, p. 95-144, jan./abr. 2013.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (Coord.). **Metodologia da pesquisa em Direito**: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WELLFORD, Robin S. **Legal analysis and writing**. [S.l.]: Lexis-Nexis Eletronic Authors, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABERNATHY, Charles F. **Law in the United States**. New York: Thomson West, 2006 (American Casebook Series).

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de Aula Invertida**: uma metodologia ativa de aprendizagem. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BOOTH, Wayne C. et al. **The craft of research**. Fourth edition. Chicago: The University of Chicago Press, 2016.

BROWN, Tim. **Design Thinking**: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRESWELL, J. W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks: Sage Publication, 2003.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES JÚNIOR, José Antonio Valle. **Design Science Research**: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2015.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

HOECKE, Mark Van. **Methodologies of legal research**: which kind of method for what kind of discipline? Oxford: Hart Publishing, 2013.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa**: técnicas de investigação, argumentação e redação.

2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Matrioska Editora, 2020.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14. ed. Tradução de Maria D. Alexandre; Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SACHS, Stephen E. Finding Law. **Califórnia Law Review**, Califórnia, v. 107, p. 527-582, 2019.

SIEMS, Mathias M. and SÍTHIGH, Daithí mac. Mapping Legal Research. In: **The Cambridge Law Journal**, v. 71, 2012, p. 651-676.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZABALA, Filipe Jaeger; SILVEIRA, Fabiano Feijó. Jurimetria: estatística aplicada ao Direito. In: **Revista Direito e Liberdade – RDL – ESMARN – v. 16, n. 1, p. 87-103, jan./abr. 2014.**

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Novas Tecnologias e Direito

Semestre: 2022/2

Carga horária: 15 - Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112154

Professor: Wilson Engelmann

EMENTA

Sociedade, Direito, ciência e tecnologia, em busca de novos referenciais. Novos paradigmas do Direito e a superação do modelo linear, hierárquico, piramidal, positivista. Regulação, regulamentação, autorregulação e normas técnicas: esclarecendo conceitos. ISO e outros organismos internacionais de normalização. Os diferentes tipos de normas privadas e seu impacto no comércio internacional Autorregulação e Responsabilidade Social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias. Autorregulação regulada. Nanotecnologia e Autorregulação. Autorregulação e o direito à informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As relações contemporâneas entre o Direito e as Novas Tecnologias.
- Desafios jurídicos trazidos pelas nanotecnologias no cenário de ausência regulatória estatal.
- O diálogo entre as fontes do Direito e as questões atinentes à Regulação, regulamentação, autorregulação.
- O direito à informação e os desafios à gestão empresarial dos riscos das nanotecnologias.
- A caracterização jurídica das normas da ISO e da OCDE.
- A responsabilidade social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias: o *framework* de John Gerard Ruggie e os Direitos Humanos.

AVALIAÇÃO

- Participação qualificada nas aulas, evidenciando a leitura dos textos previamente indicados para cada encontro;
- Elaboração e apresentação de seminário;
- Relatório de leitura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECKER, Daniel; FERRARI, Isabela (Coord.). **Regulação 4.0**: novas tecnologias sob perspectiva regulatória. São Paulo: Thomson Reuters, Revista dos Tribunais, 2019.

ENGELMANN, Wilson; WERNER, Deivid Augusto. Inteligência artificial e Direito. In FRAZÃO, Ana; MULHOLLAND, Caitlin (Coord.). **Inteligência artificial e Direito**: ética, regulação e responsabilidade. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters, Revista dos Tribunais, 2020, p. 145-174.

HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. **Teoria geral do direito digital**: transformação digital: desafios para o Direito. Tradução Italo Fuhrmann. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

MALDONADO, Viviane Nóbrega; FEIGELSON, Bruno (Coord.). **Advocacia 4.0**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

MATEO BORGE, Iván. La robótica y la inteligencia artificial en la prestación de servicios jurídicos. In: NAVAS NAVARRO, Susana (Dir.). **Inteligencia artificial, tecnología, derecho**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2017, p. 123-150.

PARKER, Christine and HOWE, John. Ruggie's diplomatic project and its missing regulatory infrastructure. In: MARES, Radu (Edit.). **The UN guiding principles on business and human rights**: foundations and implementation. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2012, p. 273-301.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA, Patrícia; KELLER, Clara Iglesias. Por que, quando e até onde regular as novas tecnologias? Entre inovação e preservação, os desafios trazidos pelas inovações disruptivas. In: FREITAS, Rafael Vêras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FEIGELSON, Bruno (Coord.). **Regulação e novas tecnologias**. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p. 121-150.

COOPER, Robert G. Idea-to-launch gating systems: better, faster, and more agile. **Research-Technology Management**, v. 60, n. 1, 2017, p. 48-52.

DARNACULLETA i GARDELLA, M. Mercè. D.; ESTEVE PARDO, José. Autorregulación regulada y medio ambiente: el sistema comunitario de ecogestión y auditoría ambiental. In PARDO, José Esteve (Coord.). **Derecho del medio ambiente y administración local**. 2. ed. Barcelona: Fundación Democracia y Gobierno Local, 2005.

DARNACULLETA i GARDELLA, M. Mercè. D.; ESTEVE PARDO, José.; SPIECKER gen. DÖHMANN, Indra (eds.). **Estrategias del derecho ante la incertidumbre y la globalización**. Madrid: Marcial Pons, 2015.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Por um direito comum**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DÍEZ, Carlos Gómez-Jara. **A Responsabilidade penal da pessoa jurídica e o dano ambiental: a aplicação do modelo construtivista de autorresponsabilidade à Lei 9.605/98**. Tradução de Cristina Reindolff da Motta. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

DIRETRIZES GERAIS E GUIA ORIENTATIVO para elaboração de análise de impacto regulatório – AIR. Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais [et al.]. - Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/diretrizes-gerais-e-guia-orientativo_final_27-09-2018.pdf/view. Acesso em 14 jun. 2022.

ENGELMANN, Wilson; BARCAROLLO, Felipe. As nanotecnologias observadas a partir da teoria sistêmica: aproximando a complexidade e a transdisciplinaridade. In: LISBOA, Roberto Senise (Coord.). **O Direito na sociedade da informação IV: movimentos sociais, tecnologia e a atuação do Estado**. São Paulo: Almedina, 2020, p. 105-132.

ENGELMANN, Wilson. Nanotecnologia e direitos humanos. In: **Cadernos de Direito Actual**, Santiago de Compostela, Espanha, n. 9. Núm. Ordinário, 2018, p. 441-487. Disponível em <http://www.cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/325/201>. Acesso em 14 jun. 2022.

FENWICK, Mark D.; KAAL, Wulf A.; and VERMEULEN, Erik P.M. Regulation tomorrow: what happens when technology is faster than the Law? In: **American University Business Law Review**, v. 6, n. 3, 2017, p. 561-594. Disponível em: <http://digitalcommons.wcl.american.edu/aublrvol6/iss3/1>. Acesso em 14 jun. 2022.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo: EDIPRO, 2016.

SCHWAB, Klaus. **Aplicando a quarta revolução industrial**. Tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo: EDIPRO, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Contratos

Nível: Mestrado Profissional

Semestre: 2022/2

Professor: Dr. Fabiano Koff Coulon

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112150

EMENTA

Estudo do instituto jurídico “contrato” mediante a análise dos pressupostos teóricos que o fundamentam. Princípios incidentes em matéria contratual; sua formação e responsabilidade pré-contratual. Principais espécies contratuais. Disciplina dos contratos e sua repercussão econômica (análise econômica do contrato). Conexidade e catividade contratual. Contratos de consumo, empresariais e internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Formalismo e funcionalismo no direito dos contratos.
- Análise econômica dos contratos: assimetria de informações, risco moral (moral hazard), seleção adversa (adverse selection) e sinalização.
- Princípios de direito obrigacional/contratual: autonomia privada, boa-fé objetiva, equilíbrio e função social.
- Formação dos contratos.
- Interpretação dos contratos civis, empresariais, de consumo e internacionais.
- Responsabilidade civil e contratos.
- Tipicidade, atipicidade e espécies contratuais.

PLANO DE ENSINO

Aula 01: Apresentação da atividade acadêmica e divisão dos trabalhos.

Aula 02: Análise Econômica do Direito Contratual: Coase e os Custos de Transação - Introdução.

Leitura obrigatória:

http://lib.cufe.edu.cn/upload_files/other/4_20140515034803_1%20Coase,%20R.H.%EF%BC%881937%EF%BC%89%20The%20Nature%20of%20the%20Firm.pdf

Aula 03: Análise Econômica do Direito Contratual: Teoria dos Custos de Transação de Oliver Williamson

Leituras obrigatórias:

http://masonlec.org/site/rte_uploads/files/Klein%20class%203%20required.pdf; e

[https://josephmahoney.web.illinois.edu/BA549_Fall%202010/Session%203/Williamson%20\(1979\).pdf](https://josephmahoney.web.illinois.edu/BA549_Fall%202010/Session%203/Williamson%20(1979).pdf)

Aula 04: Análise Econômica do Direito Contratual: Assimetria Informacional, em especial Risco Moral e Seleção Adversa.

Leitura obrigatória:

https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1036&context=law_and_economics

Aula 05: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Incompletude e a Problemática do Contrato no Tempo.

Leitura obrigatória:

<https://scholarlycommons.law.case.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=1633&context=caselrev>

Aula 06: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Especificidades dos Contratos Empresariais.

Leitura obrigatória:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/341383/mod_resource/content/1/Paula%20Andrea%20Forgioni.pdf

Aula 07: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Contratos e Relações de Trabalho na Atualidade.

Leituras obrigatórias:

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2848456; e

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3582673

Aula 08: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Redes de Contratos.

Leitura obrigatória:

<https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/download/70573/40048>

Aula 09: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Linguagem, Interpretação e *Legal Design*.

Leituras obrigatórias:

https://stefaniapassera.com/wp-content/uploads/2016/08/2013_communication-design-quarterly_passera_haapio.pdf; e

<https://scholarlycommons.law.cwsl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1072&context=fs>

Aula 10: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Contrato e Novas Tecnologias: Blockchain e Smart Contracts.

Leitura obrigatória:

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3562941; e

Encerramento dos encontros da atividade acadêmica.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, o que requer frequência, engajamento efetivo nas discussões e apresentação oral de leituras prévias efetivadas sobre os temas dos seminários (10% da nota final); 2. participação efetiva na apresentação do respectivo seminário temático (40% da nota final); 3. entrega pontual e qualidade do artigo final (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.

CATALAN, Marcos *et al.* **Direito dos contratos**. São Paulo: RT, 2008.

COASE, Ronald H. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

COUTO E SILVA, Clóvis. **A obrigação como processo**. São Paulo: Bushatsky, 1976.

FORGIONI, Paula A. **Teoria geral dos contratos empresariais**. São Paulo: RT, 2010.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 2009.

TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito contratual brasileiro: críticas e alternativas ao solidarismo jurídico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

WEINRIB, Ernest J. **The idea of private law**. Cambridge: Harvard University 1995.

WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor**: resolução. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Aide, 2003.

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. **A autonomia privada como princípio fundamental da ordem jurídica perspectivas estrutural e funcional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. (Doutrinas Essenciais de Direito Civil, 2).

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Função social dos contratos**: interpretação à luz do Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2009.

DRESCH, Rafael de Freitas Valle. **Fundamentos do direito privado**: uma teoria da justiça e da dignidade humana. São Paulo: Atlas, 2013.

FORGIONI, Paula A. Integração dos contratos empresariais: lacunas, atuação dos julgadores, boa-fé e seus limites. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 45, p. 229-244, 2015.

FURUBOTN, Erik G.; RICHTER, Rudolf. **Institutions & economic theory**: the contribution of the new institutional economics. 2nd ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

GORDLEY, James. **Foundations of private law**: property, tort, contract, unjust enrichment. New York: Oxford University Press, 2006.

HAYEK, Friedrich A. **Individualism and economic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

JENSEN, Michael. **Foundations of organizational strategy**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. São Paulo: RT, 2000.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato**: novos paradigmas. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RODRIGUEZ, José Rodrigo; SALAMA, Bruno Meyerhof. **Para que serve o direito contratual?**: direito, sociedade e economia. São Paulo: Direito GV, 2014.

SILVA, Luis Renato Ferreira da. **Reciprocidade e contrato**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Internacional do Comércio

Professor: Dr. Marcelo De Nardi

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112167

Ano/Semestre: 2022-2

Carga horária: 30 horas-aula

Créditos: 2 créditos

EMENTA

Fundamentos teóricos e práticos do Direito Internacional do Comércio. O sistema econômico internacional: os atores; o comércio mundial; evolução. Transações de exportação e importação; agentes e sujeitos no comércio internacional; aspectos gerais dos negócios internacionais. Fundamentos da política comercial no Brasil e no mundo; bases jurídicas e políticas do sistema multilateral de comércio; regionalismo. Tópicos práticos do comércio internacional, contratos internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fundamentos do Direito Internacional do Comércio
 - Direito, soberania, sistemas jurídicos, jurisdição, contrato, arbitragem
 - Abordagens contratual e regulatória
- Evolução histórica do Comércio Internacional
 - Comércio internacional e Estado nacional
 - Teorias do Comércio Internacional
- Atores no Comércio Internacional
 - Intervenientes públicos e privados
 - Papéis dos atores, interações
- Comércio exterior no Brasil
 - Exportação e importação, promoção comercial
 - Defesa comercial
- OMC e Mercosul
 - Organizações internacionais
 - Mercosul - estrutura, evolução, resultados
 - OMC - evolução, estrutura, resultados
 - Tratados que compõem a OMC
- Multilateralismo vs. Regionalismo

- Tópicos práticos do Comércio Internacional
 - Agentes e sujeitos no Comércio Internacional
 - Contratos

AVALIAÇÃO

- Contribuições acadêmicas em sala de aula - 30%
 - Contribuições durante os momentos de debate
 - Participação em atividades interativas, como questionários, seminários e semelhantes
- Artigo sobre tema a ser indicado - 70%
 - Modelo indicado pela Unisinos, com ajustes para formato específico
 - Extensão de 10 a 15 p.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPUCIO, Camilla. *Direito Internacional do Comércio* [recurso digital]. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2020.

CRETELLA NETO, José. *Curso de Direito Internacional Econômico* [recurso digital]. São Paulo: Saraiva, 2012.

SOUSA, José Meireles de. *Fundamentos do comércio internacional* [recurso digital]. São Paulo: Saraiva, 2009. Série comercio exterior, v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL Júnior, Alberto do. *Curso de Direito Internacional Público* [recurso digital]. 5ª e. São Paulo: Atlas, 2015.

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do (Org.). *Direito do Comércio Internacional: aspectos fundamentais*. 3ª e. rev. e atual. São Paulo: Lex, 2014.

ANJOS, Priscila Caneparo dos. *A Organização Mundial do Comércio e os Direitos Humanos: Idealismo Romântico ou Ceticismo Racional?* *Economic Analysis of Law Review*; Brasília Vol. 12, Ed. 1, (Jan-Apr 2021): 17-31. Disponível em:

<https://www.proquest.com/openview/29afbd63adca9076d39e748993ac1265/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1226335> . Acesso em: 13ago.2021.

CAPUCIO, Camila. *A OMC e o regionalismo do século XXI: estratégia de imposição de modelos normativos?* [recurso digital] Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 12, n. 2, 2014, p. 336-348. Disponível em: DOI <https://doi.org/10.5102/rdi.v11i2.3158>, acesso em: 18ago.2021.

CAPUCIO, Camila. *Comércio internacional e integração regional: a OMC e o regionalismo*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

ENGELBERG, Esther. *Contratos internacionais do comércio*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA-CAMPOS, Aluisio de (Org.). *Ensaio em comércio internacional*. São Paulo: Singular, 2005.

OLIVEIRA, Jaciel Rodrigues. *Principais teorias de comércio internacional*. Blog A Gaia Política: o mundo nosso de cada dia. Disponível em:

<https://jacielerodrigues.wordpress.com/2009/10/13/principais-teorias-de-comercio/><https://jacielerodrigues.wordpress.com/2009/10/13/principais-teorias-de-comercio-internacional/internacional/>. Acesso em: 18ago.2021.

RAINELLI, Michel. *Comércio internacional*. Barueri: Manole, 2004.

RÊGO, Elba Cristina Lima. *Do Gatt a OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio*. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. [3]-22, dez. 1996. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11014>. Acesso em: 7ago.2021.

SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. *Direito Internacional em expansão: encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente*. São Paulo: Saraiva, 2016. 1 recurso online.

TIMM, Luciano Benetti; RIBEIRO, Rafael Pellegrini; ESTRELLA, Angela T. Gobbi. *Direito do Comércio Internacional* [livro digital]. São Paulo: FGV, 2009.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. *Teoria do Estado e a unidade do Direito Internacional: domesticando o rinoceronte*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. *30 anos velando o Mercosul vivo*. Disponível em: <https://ilbrasilblog.wixsite.com/blog/post/30-anos-velando-o-mercosul-vivo>. Acesso em: 9ago.2021.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Contratos Internacionais

Ano/Semestre: 2022/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121800

Professora: Dra. Luciane Klein Vieira

EMENTA

Teoria geral dos contratos internacionais. As principais cláusulas contratuais. Os contratos internacionais no Direito Internacional Privado brasileiro. A harmonização legislativa em matéria contratual na União Europeia e no MERCOSUL. O *Soft Law* e as regras da Câmara de Comércio Internacional, com especial ênfase aos INCOTERMS. Os Princípios UNIDROIT e os Princípios de Haia em matéria de contratos comerciais internacionais. A Convenção de Viena de 1980 sobre compra e venda internacional de mercadorias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - Teoria Geral dos Contratos Internacionais

- 1.1. Noção de contrato internacional. O princípio *pacta sunt servanda*.
- 1.2. Contratos entre presentes e entre ausentes. Os contratos internacionais celebrados por meios eletrônicos.

- 1.3. O princípio da autonomia da vontade das partes para a escolha do foro e da lei aplicável. Dificuldades e tendências no Brasil e no direito comparado. As possibilidades trazidas pela arbitragem internacional.
- 1.4. A lei aplicável ao contrato internacional em ausência de eleição. As regras vigentes no direito brasileiro.
- 1.5. Os limites à aplicação da lei estrangeira: fraude e ordem pública.

II - Os Contratos Internacionais nos Espaços Integrados

- 2.1. A harmonização de legislações.
- 2.2. As regras adotadas na União Europeia.
 - 2.2.1. A jurisdição internacional: Convênio de Bruxelas de 1968, Regulamento (CE) nº 44/2001 e Regulamento (UE) nº 1215/2012.
 - 2.2.2. A lei aplicável ao contrato internacional: Convenção de Roma de 1980 e Regulamento (CE) nº 593/2008.
- 2.3. As regras adotadas no MERCOSUL
 - 2.3.1. O Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição em Matéria Contratual.
 - 2.3.2. O direito interno dos Estados Mercosulinos e os contratos internacionais. Regras vinculadas à lei aplicável e à jurisdição internacional.

III - Os Contratos Comerciais Internacionais: o *soft law* e a uniformização das regras aplicáveis ao comércio exterior

- 3.1. O *soft law* e o *hard law*.
- 3.2. O papel da Câmara do Comércio Internacional no desenvolvimento do comércio exterior. Os INCOTERMS e a regulação dos contratos internacionais.
- 3.3. Os Princípios UNIDROIT e os Princípios de Haia em matéria de contratos comerciais internacionais.
- 3.4. O Guia relativo ao Direito Aplicável aos Contratos Comerciais Internacionais nas Américas, da OEA.
- 3.5. As principais cláusulas nos contratos internacionais.
- 3.6. A aplicação da *lex mercatoria* pelos tribunais judiciais e arbitrais brasileiros e pelos tribunais dos Estados Partes do MERCOSUL.
- 3.7. As convenções internacionais e a uniformização das regras do comércio internacional.

3.8. A Convenção de Viena de 1980 sobre compra e venda internacional de mercadorias. Obrigações do vendedor e do comprador. A liberdade para a escolha do direito aplicável ao contrato.

AVALIAÇÃO

- Estudo de casos práticos.
- Análise de contratos internacionais e redação de cláusulas contratuais.
- Análise de legislação, doutrina e jurisprudência nacional e estrangeira.

Critérios de avaliação:

- Entrega de contrato internacional: 70%
- Apresentação de trabalho em aula: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBORNOZ, María Mercedes. El derecho aplicable a los contratos internacionales en los Estados del MERCOSUR. *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*. Vol. XLII. Nº 125. May/Ago. 2009.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do; VIEIRA, Luciane Klein (Coords.). *El derecho internacional privado y sus desafíos en la actualidad*. Bogotá: Editorial Ibáñez, 2016.

ARAÚJO, Nádía de. *Contratos Internacionais: autonomia da vontade, MERCOSUL e convenções internacionais*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

CRETELLA NETO, José. *Contratos Internacionais do Comércio*. 2ª ed. Osasco: Letz TMCP, 2016.

DOLINGER, Jacob. *Direito Internacional Privado (Parte Especial). Direito Civil Internacional. Contratos e Obrigações no Direito Internacional Privado*. Vol. II. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

GAMA E SOUZA JR., Lauro. Autonomia da vontade nos contratos internacionais no Direito Internacional Privado brasileiro: uma leitura constitucional do artigo 9º da Lei de Introdução ao Código Civil em favor da liberdade de escolha do direito aplicável. In: TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto (Orgs.) *O Direito Internacional Contemporâneo. Estudos em Homenagem ao Professor Jacob Dolinger*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GOICOECHEA, Ignacio. Los instrumentos de la Conferencia de La Haya de Derecho Internacional Privado que facilitan el desarrollo de los negocios internacionales y las inversiones. *Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión*". Nº 5. Mar./2015. Disponível em: <http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/131>

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. Nueva ley paraguaya de contratos internacionales: ¿regreso al pasado? In: *Temas Actuales del Derecho Bancario y Societario*. Asunción: Intercontinental Editora, 2015.

OFICINA PERMANENTE DE LA CONFERENCIA DE LA HAYA. Elección de la ley aplicable a los contratos del comercio internacional. ¿Principios de La Haya? In: BASEDOW, Jürgen; FERNÁNDEZ ARROYO, Diego P.; MORENO RODRÍGUEZ, José A. (Coords.) *¿Cómo se Codifica Hoy el Derecho Comercial Internacional?* Asunción: La Ley Paraguaya/CEDEP, 2010.

OLIVEIRA, Agatha Brandão de; MOSCHEN, Valesca Raizer Borges. Un enfoque crítico del sistema brasileño de derecho internacional privado y los retos de la armonización: los nuevos Principios de La Haya sobre la elección del derecho aplicable en materia de contratos internacionales. In: MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio; MARQUES, Cláudia Lima (Coords.) *Los Servicios en el Derecho Internacional Privado. Jornadas de la ASADIP 2014*. Porto Alegre/Asunción: Gráfica e Editora RJR, 2014.

VENOSA, Silvio de Salvo; GAGLIARDI, Rafael Villar; TERASHIMA, Eduardo Ono (Orgs.) *A Convenção de Viena sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias: desafios e perspectivas*. São Paulo: Atlas, 2015.

VIEIRA, Luciane Klein; FERNANDES, Matheus Lúcio Pires. Os acordos de eleição de foro nos contratos internacionais: perspectivas a partir da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil brasileiro. *Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión*. Nº 9. Mar./2017. Disponível em: <http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/209/339>

VIEIRA, Luciane Klein. La autonomía de la voluntad de las partes en los contratos internacionales: breves comentarios sobre el derecho argentino y brasileño. *Revista de Direito da Empresa e dos Negócios*. Vol. 1. Nº 2. Jul./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/rden/article/view/15730>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Nádia de; FREITAS, Caio Gomes de. Observância das cláusulas de eleição de foro no Brasil: o Protocolo de Buenos Aires na jurisprudência brasileira. In: SCOTTI, Luciana B.; VIEIRA, Luciane Klein. *El Derecho Internacional Privado del MERCOSUR en la práctica de los tribunales internos de los Estados Partes*. Asunción: Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión, 2020. pp. 465-481. Disponível em: https://tprmercosur.org/es/activ/2020_dic_DIP_Mercosur.pdf.

MOURA, Aline Beltrame de; HORMANN, Rafaela. A autonomia da vontade na escolha da lei aplicável aos contratos de comércio internacional no Regulamento Roma I da União Europeia. *Revista de Direito Internacional – Brazilian Journal of International Law*. Vol. 16. Nº 2. 2019. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/6103/pdf>

CASELLA, Paulo Borba. Autonomia da vontade, arbitragem comercial internacional e direito brasileiro. In: TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto (Orgs.). *O Direito Internacional Contemporâneo. Estudos em Homenagem ao Professor Jacob Dolinger*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FRESNEDO DE AGUIRRE, Cecilia. De la conveniencia práctica de tener en cuenta los “Principios de Unidroit sobre los Contratos Comerciales Internacionales” en el ámbito jurídico uruguayo. In: *La Justicia Uruguaya*. Tomo 147. Mar./2013. Disponible en: <http://www.asadip.org/v2/wp-content/uploads/2013/12/CECILIA-ABRIL-De-la-conveniencia-practica-de-tener-en-cuenta-los-Principios-de-UNIDROIT-sobre-los-Contratos-Comerciales-Internacionales-en-el-ambito-juridico-uruguayo.pdf>.

GAMA Jr., Lauro. *Contratos Internacionais à Luz dos Princípios do UNIDROIT 2004: soft law, arbitragem e jurisdição*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GIMÉNEZ CORTE, Cristián. *Usos Comerciales, Costumbre Jurídica y Nueva “Lex Mercatoria” en América Latina, con especial referencia al MERCOSUR*. Buenos Aires: Editorial Ábaco de Rodolfo Depalma, 2010.

HERNÁNDEZ-BRETÓN, Eugenio. “Venezuela”. En: ESPLUGUES MOTA, Carlos; HARGAIN, Daniel; PALAO MORENO, Guillermo (Dir.) *Derecho de los Contratos Internacionales en Latinoamérica, Portugal y España*. Buenos Aires: BdeF, 2008.

MIHALI-BITTENCOURT, Gabriel. Ley aplicable a los contratos internacionales en Uruguay. In: VIEIRA, Yacyr de Aguiar (Org.) *Estudos de Direito Comparado e de Direito Internacional Privado*. Tomos I e II. Curitiba: Juruá, 2011.

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. Autonomía contractual transfronteriza en el Paraguay: ¡habemus jurisprudencia! In: *Derecho Internacional Privado y Derecho de la Integración. Libro Homenaje a Roberto Ruiz Díaz Labrano*. Asunción: CEDEP, 2013.

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. *Derecho Aplicable y Arbitraje Internacional*. Asunción: CEDEP/Intercontinental Editora, 2013.

PISANO, Beatriz. La autonomía de la voluntad en el derecho internacional privado paraguayo. *Revista Jurídica La Ley Paraguaya*. N° 1. Febr./2010. Disponible en: <https://cedep.files.wordpress.com/2009/02/autonomia-de-la-voluntad-en-el-dipr-paraguayo.pdf>

[POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; SILVA, Lucas Sávio Oliveira de. Contratos internacionais eletrônicos e o direito brasileiro: entre a insuficiência normativa doméstica e as soluções globais. Revista Sequência. N° 75. Jan./Abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552017000100157](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552017000100157)

SAMTLEBEN, Jürgen. Teixeira de Freitas e a autonomia das partes no direito internacional privado latino-americano. *Revista de Informação Legislativa*. N° 85. Jan./Mar. 1985.

TALICE, Jorge. La autonomía de la voluntad como principio de rango superior en el derecho internacional privado uruguayo. In: *Liber Amicorum en Homenaje al Profesor Dr. Didier Opertti Badán*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2005.

VIEIRA, Luciane Klein. La autonomía de la voluntad de las partes para la elección del foro y del derecho aplicable en los contratos internacionales, conforme al derecho brasileño. In: ÁLVAREZ ZÁRATE, José Manuel; FACH GÓMEZ, Katia (Coords.) *Apuntes prácticos sobre la autonomía de la voluntad como punto de conexión en el Derecho Económico Internacional*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021. pp. 209-234.

IDENTIFICAÇÃO***Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios*** Nível: Mestrado Profissional Doutorado*Disciplina: **Formas de Resolução de Conflitos***Semestre: 2022/2 *Carga horária: 30 horas/aula: *Créditos:
2*Área temática: Direito *Código da disciplina: 14001-00191-112156

*Professora: Dra. Daniela Pellin

EMENTA

A crise do Poder Judiciário e a busca por soluções alternativas. A assessoria jurídica como modo de prevenção de conflitos. Métodos alternativos de solução de controvérsias. Teoria da Negociação. Escolas. Mediação. Arbitragem. Compromisso arbitral. Processo arbitral. Poder Judiciário e Arbitragem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DATA/AULA	ECOSSISTEMA DE CONHECIMENTOS
ENCONTRO 01: 02/09	<p>Apresentação da proposta da disciplina, da metodologia do desenvolvimento da aprendizagem, dos critérios de avaliação e contextualização da matéria. Distribuição de temas e seminários.</p> <p style="text-align: center;">Tema para discussão: Aspectos globalizantes da resolução de conflitos</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Diretrizes para a mediação eficaz. Nova York: UNDP, 2015. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation_UNDP2012_pt_Jun2015correction_0.pdf.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Conciliação e Mediação. Disponível em https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao/</p>

<p>ENCONTRO 02: 16/09</p>	<p>Fundamentos da Negociação</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David M.; BARRY, Bruce. Fundamentos de negociação. 5ed. Porto Alegre: MGH, 2014.</p> <p>SEMINÁRIO 01: TEXTO NO MOODLE</p>
<p>ENCONTRO 03: 23/09</p>	<p>Comunicação Aplicada</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>ROSENBERG, Marshall, Comunicação Não Violenta. São Paulo: Ágora, 2006.</p> <p>SEMINÁRIO 02: TEXTO NO MOODLE</p>
<p>ENCONTRO 04: 30/09</p>	<p>Escolas de Métodos de Negociação</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>Conheça os principais modelos de mediação de conflitos. Disponível em https://emporiododireito.com.br/leitura/conheca-os-principais-modelos-de-mediacao-de-conflitos</p> <p>SEMINÁRIO 03: TEXTO NO MOODLE</p>
<p>ENCONTRO 05: 07/10</p>	<p>Mediação (Lei nº 13.140/2015) e Conciliação</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económicos (OCDE). Recomendação Do Conselho Relativa Às Linhas Directrizes Que Regem A Protecção Dos Consumidores No Contexto Do Comércio Electrónico Disponível em https://www.oecd.org/sti/consumer/34023696.pdf</p> <p>SEMINÁRIO 04: TEXTO NO MOODLE</p>

<p>ENCONTRO 06: 21/10</p>	<p>Mediação (Lei nº 13.140/2015) e Novas Tecnologias (Online Dispute Resolution (ODR))</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>BELCHIOR, Wilson Sales. Online Dispute Resolution, inovações e benefícios para o setor corporativo. Disponível em https://rms.adv.br/rms-noticias/direito-digital/online-dispute-resolution-inovacoes-e-beneficios-para-o-setor-corporativo/</p> <p>SEMINÁRIO 05: TEXTO NO MOODLE</p>
<p>ENCONTRO 07: 04/11</p>	<p>Mediação Empresarial Internacional</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>CONVENÇÃO DE SINGAPURA SOBRE MEDIAÇÃO. Disponível em https://www.singaporeconvention.org/</p> <p>PALESTRA CONVIDADO EXTERNO</p> <p>NÃO HAVERÁ SEMNÁRIO</p>
<p>ENCONTRO 08: 18/11</p>	<p>Arbitragem</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>DELGADO, José Augusto. A arbitragem no Brasil – Evolução histórica e conceitual. Disponível em http://www.escolamp.org.br/arquivos/22_05.pdf.</p> <p>SSEMINÁRIO 06: TEXTO NO MOODLE</p>
<p>ENCONTRO 09: 02/12</p>	<p>Arbitragem na Administração Pública e Coletiva</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>RODOVALHO, Thiago e CAHALI, Francisco José. A Arbitragem no Novo CPC - Primeiras Impressões. <i>In</i> FREIRE, Alexandre <i>et al</i> (Org.). Novas tendências do Processo Civil: estudos sobre o projeto do novo código de processo civil. Vol. 2. Salvador: JusPodivm, 2014, pp. 583/604.</p> <p>Regulamento da CAMARB: http://camarb.com.br/mediacao/regulamento/</p> <p>SILVEIRA, Sebastião Sergio da; GUIMARÃES, Leonardo Aquino Moreira;</p>

	<p>ZACARIAS, Fabiana. Meios Alternativos de Resolução de Conflitos: arbitragem de direitos coletivos. <i>In Revista Húmus</i>. V. 9, n. 25 (2019). Disponível em http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/10853</p> <p>SEMINÁRIO 07: TEXTO NO MOODLE</p>
<p>ENCONTRO 10: 16/12</p>	<p>Jurimetria e análise preditiva para negociação, mediação, conciliação e arbitragem</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA (ABJ). Por que usar R para a Jurimetria? Publicado em 01 mar 2020. Disponível em https://abj.org.br/por-que-usar-r-para-jurimetria/</p> <p>SEMINÁRIO 08: TEXTO NO MOODLE</p>

OBJETIVOS

O **objetivo geral** da disciplina é incluir o aluno no contexto sistêmico dos métodos de resolução alternativas de disputas no formato extrajudicial e judicial, com conhecimento teórico, aplicado e contextualização crítica e de âmbito global, inclusive com o fim de aprimoramento profissional. De posse dessa verificação, a disciplina tem como **objetivos específicos**: a) tornar o aluno protagonista na comunicação de linguagem de novos padrões de comportamento jurídico no exercício de atividade profissional; b) dar ao aluno condições de se apropriar do discurso dos métodos alternativos de resolução de disputas; e, c) transformar o aluno em gestor de novos padrões de reflexão jurídica sistêmica que sirvam para intervenções jurídicas em tomadas de decisão jurídica e econômica.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada às aulas é a sistêmico-constructivista e tem na pragmática a resposta aos problemas diagnosticados pelo aluno a partir do conhecimento recebido em aulas expositivas e dialogadas, sendo o protagonista na construção das respostas. As técnicas de aula-pesquisa são a leitura de textos, capítulos de livros, artigos e atividades de reflexão e fixação de conteúdos aplicadas em sala de aula, além da

produção acadêmica de seminário e elaboração e entrega de artigo científico como conclusão da disciplina, ao final do semestre, o qual deverá estar em condições de publicação científica.

AValiação

Para a conclusão da disciplina, com aprovação, o aluno deverá alcançar a nota mínima de 7,0 (de um total de 10,0) pontos, avaliada no contexto global, da seguinte forma:

A participação ativa promovendo debate em cada aula lhe conferirá de **0,0 a 1,0 ponto**, conferido proporcionalmente ou na totalidade dos 10 encontros.

A elaboração e realização de seminário temático, no valor total de **0,0 a 4,0 pontos**, a depender dos critérios preenchidos, segundo orientações recebidas para a atividade.

A entrega em **08 de janeiro de 2023**, de artigo científico (segundo regras da ABNT e de metodologia científica da pesquisa) que deverá abordar: objeto, problema, hipótese, objetivo geral, objetivos específicos, referências bibliográficas, nacional e estrangeira, observados ao longo do processo de construção da disciplina que computará o valor de **0,0 a 5,0 pontos**. Caso o artigo seja entregue fora do prazo, será **descontado 1,0** ponto do total avaliado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**: comentários a Lei nº 9307/96. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JOBIM, Eduardo; MACHADO, Rafael Bicca. **Arbitragem no Brasil**: aspectos jurídicos relevantes. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

TIMM, Luciano. **Arbitragem nos contratos empresariais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de. **A teoria dos jogos**: uma fundamentação teórica dos métodos de resolução de disputa. In: AZEVEDO, André Gomma de (Org.).

Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Brasília :Grupos de Pesquisa, 2003. v. 2

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA (ABJ). **Por que usar R para a Jurimetria?** Publicado em 01 mar 2020. Disponível em <https://abj.org.br/por-que-usar-r-para-jurimetria/>

BANOV, M.R. **Psicologia no gerenciamento de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2013.

BERGAMINI, C.W. **Administração do sentido**. São Paulo: atlas, 2009.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Sociedade da informação no Brasil**: Livro Verde. Organizado por Tadao Takahashi. Brasília, DF: MCT, set. 2000. Disponível em: <http://www.socinfo.org>

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da mediação e conciliação**. 3 ed. Gazeta jurídica, 2015.

CARVALHAL, Eugênio *et al.* **Negociação e administração de conflitos**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CIALDINI, Robert. **O poder da persuasão**. São Paulo: Campus, 2007.

CLEMENZ, Gerhard; GUGLER, Klaus. Macroeconomic development and civil litigation. **European Journal of Law and Economics**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 215-230, May 2000. Disponível em:

<<http://www.springerlink.com/content/x7580gq57303408r/#ContactOfAuthor2>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Conciliação e Mediação**. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao/>

COOTER, Robert D.; RUBINFELD, Daniel L. Economic analysis of legal disputes and their resolution. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 27, n. 3, p. 1067-1097, Sept. 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2726775>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DELGADO, José Augusto. **A arbitragem no Brasil – Evolução histórica e conceitual**. Disponível em http://www.escolamp.org.br/arquivos/22_05.pdf

DEUTSCH, Morton. Conflict resolution: theory and practice. **Political Psychology**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 431-453, 1983.

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. **Como chegar ao sim**: negociação de acordos sem concessões. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

FRIEDMAN, Lawrence M. Litigância e sociedade. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 263, p. 13-34, maio/ago. 2013.

GUERRERO, Luis Fernando. **Convenção de arbitragem e processo arbitral**. São Paulo: Atlas, 2010.

KOBAIASHI, Bruce H; PARKER, Jeffrey S. Civil procedure: general economic analysis. In: BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit. (Ed.). **Encyclopedia of law and economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000. v. 1, p. 65-117. Disponível em: <<http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

- LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David M.; BARRY, Bruce. **Fundamentos de negociação**. 5ed. Porto Alegre: MGH, 2014.
- MARTINELLI, Dante P.; VENTURA, Carla Aparecida Arena; MACHADO, Juliano Rossi. **Negociação internacional**. São Paulo: Atlas, 2004
- MARTINS, Pedro Antonio Batista. **Reflexões sobre arbitragem**: in memoriam do desembargador Cláudio Vianna de Lima. São Paulo: Ltr, 2002.
- MELLO, Rafael Munhoz de. **Arbitragem e Administração Pública**. In: Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná. Curitiba, n. 6, p. 47-81, 2015.
- MORAIS, Jose Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e arbitragem**: alternativas à jurisdição! Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
- NERY, Ana Luisa. **Arbitragem coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
- OLIÚ, Alejandro Abal. La prueba del derecho en el proceso jurisdiccional. **Revista de Derecho**, Montevideu, v. 8, n. 8, p. 11-80, nov. 2013.
- OLIVEIRA, Lauro Ericksen Cavalcanti. A teoria geral dos conflitos e a sua compreensão como um fenômeno sócio-jurídico: os planos objetivo, comportamental e anímico dos conflitos. In: **Revista da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da Paraíba**. Ano IV – Número 4. João Pessoa: Outubro, 2001.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Diretrizes para a mediação eficaz**. Nova York: UNDPA, 2015. Disponível em:
https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation_UNDPA2012_pt_Jun2015correction_0.pdf.
- PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. **Análise econômica da litigância**. Lisboa: Almedina, 2005.
- RODOVALHO, Thiago e CAHALI, Francisco José. A Arbitragem no Novo CPC - Primeiras Impressões. In FREIRE, Alexandre *et al* (Org.). **Novas tendências do Processo Civil**: estudos sobre o projeto do novo código de processo civil. Vol. 2. Salvador: JusPodivm, 2014, pp. 583/604.
- ROSENBERG, Marshall, **Comunicação Não Violenta**. São Paulo: Ágora, 2006.
- SHAUL, I. **International Negotiation**: proceedings of the international conference marketing: from information to decision. [serial on-line]. December, 2012; 5:455-461. Disponível em <http://www.brill.com/international-negotiation>
- SILVA, Eduardo Silva da. **Arbitragem e direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- SILVEIRA, Sebastião Sergio da; GUIMARÃES, Leonardo Aquino Moreira; ZACARIAS, Fabiana. Meios Alternativos de Resolução de Conflitos: arbitragem de direitos coletivos. In **Revista Húmus**. V. 9, n. 25 (2019). Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/10853>

STONE, Katherine V. W. **Private justice: the law of ADR.** [S.I.]: University Casebook Series, 2003.

STRENGER, Irineu. **Arbitragem comercial internacional.** São Paulo: LTR, 1996.

THOMAS, David C.; INKSON, Kerr. **Inteligência cultural.** Rio de Janeiro; Record, 2006.

TIMM, Luciano Benetti. **Arbitragem nos contratos.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

TIMM, Luciano. **Arbitragem nos contratos empresariais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

URY, William. **Supere o não: negociando com pessoas difíceis.** 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

URY, William. **O poder do não positivo.** São Paulo: Elsevier, 2007.

VILELA, Marcelo Dias Gonçalves. **Arbitragem no direito societário.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

WARAT, Luis Alberto. **Surfando na Pororoca: o ofício do Mediador.** Vol. III. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

ZHAO, J. The Chinese Approach to International Business Negotiation. **Journal of Business Communication** [serial on-line]. jul, 2000; 37 (3): 209-237. Disponível em <http://www.businesscommunication.org/jbc>

IDENTIFICAÇÃO

*Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

* Nível: **Mestrado Profissional** Doutorado

*Disciplina: **Direito Regulatório**

*Semestre: 2022/2

*Carga horária: 30

horas/aula: *Créditos: 2

Área temática: Direito e Regulação

*Código da disciplina:

14001-00191-112159

*Professora: Dra. Daniela Pellin

*EMENTA

Serviços Públicos: conceito e classificação. Formas de prestação do serviço público: outorga e delegação. A regulação do serviço público concedido. Lei das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. As Agências de Regulação. Instrumentos de Delegação: concessão, permissão e autorização. A regulação jurídica da concessão. A Legislação da concessão. As parcerias público-privadas: conceitos. Instrumentos. Legislação. Regime das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista. Lei Anticorrupção. *Compliance*. Lei de Improbidade Administrativa. Serviços públicos regulados. Serviços privados regulados.

*CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DATA/AULA	ECOSSISTEMA DE CONHECIMENTOS
ENCONTRO 01 03/09	Apresentação da proposta da disciplina, da metodologia do desenvolvimento da aprendizagem, dos critérios de avaliação e contextualização da matéria. Distribuição de temas e seminários. Tema para discussão: O Estado como agente normativo e regulador: uma questão de planejamento e de desenvolvimento desde 1988.

	<p>Leitura para debate:</p> <p>Exposição de motivos da MP nº 881. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Exm/Exm-MP-881-19.pdf</p>
<p>ENCONTRO 02 17/09</p>	<p>Estruturas Organizacionais pública e reestruturação da informação.</p> <p>Vídeo prévio para a aula:</p> <p>https://www.ted.com/talks/mariana_mazzucato_government_investor_risk_taker_innovator?language=pt-br#t-220959</p> <p>SEMINÁRIO DO TEXTO 01</p>
<p>ENCONTRO 03 01/10</p>	<p>O Estado como agente econômico e a conexão com a política econômica global da OCDE</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>Empresa e Direitos humanos na perspectiva do trabalho decente: marco de referência. Disponível em https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/04_Empresas-e-Direitos-Humanos-na-Perspectiva-do-Trabalho-Decente-%E2%80%93-Marco-Referencial.pdf</p> <p>SEMINÁRIO DO TEXTO 02</p>
<p>ENCONTRO 04 08/10</p>	<p>As Parcerias Público-Privadas como fator de desenvolvimento.</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>Acesse o portal, navegue e verifique. Disponível em https://parcerias.rs.gov.br/inicial</p> <p>SEMINÁRIO DO TEXTO 03</p>
<p>ENCONTRO</p>	<p>As Agências Reguladoras e o papel das Ouvidorias.</p>

<p>05 22/10</p>	<p>Leitura para debate:</p> <p>A Análise Econômica do Direito: proposições legislativas e políticas públicas. Disponível em https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p321.pdf Acesso em 28 fev 2020.</p> <p>SEMINÁRIO DO TEXTO 04</p>
<p>ENCONTRO 06 29/10</p>	<p>As Falhas de Mercado e as falhas de Governo.</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>Da teoria da regulação ao atual desequilíbrio financeiro: uma reflexão da economia a partir do pensamento de Michael Aglietta. Disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2219-octavio-conceicao-2.</p> <p>Principais Modificações e Impactos para as Agências Reguladoras decorrentes da Lei n.º 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência)". Disponível em http://www.anp.gov.br/images/central-de-conteudo/notas-estudos-tecnicos/estudos-tecnicos/modificacoes-impactos-agencias-reguladoras-2013.pdf.</p> <p>SEMINÁRIO DO TEXTO 05</p>
<p>ENCONTRO 07 12/11</p>	<p>A captura e a regulação.</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>A captura das Agências Reguladoras: uma análise do risco de ineficiência do Estado regulador Disponível em https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3967/1/arquivo407_1.pdf.</p> <p>SEMINÁRIO DO TEXTO 06</p>

<p>ENCONTRO 08 19/11</p>	<p>As Agências Reguladoras e o Poder Judiciário.</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512010000100001.</p> <p>SEMINÁRIO DO TEXTO 07</p>
<p>ENCONTRO 09 03/12</p>	<p>Sistema de Compliance Público.</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>Compliance no setor público: o que é? Qual a sua importância?</p> <p>Disponível em https://fernandopimentel.com.br/compliance-no-setor-publico-o-que-e-qual-sua-importancia/</p> <p>SEMINÁRIO DO TEXTO 08</p>
<p>ENCONTRO 10 07/12</p>	<p>Novas Tecnologias e ambientes regulatórios.</p> <p>Leitura para debate:</p> <p>Sandbox Regulatório. Disponível em https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/normas/sandbox-regulatorio</p> <p>SEMINÁRIO DO TEXTO 09</p>

OBJETIVOS

O **objetivo geral** da disciplina é incluir o aluno no contexto sistêmico da atividade econômica e regulatória que envolvem interesses entre o setor público e o setor privado. Uma vez nesse cenário, o aluno poderá observar e

projetar os prováveis ou improváveis impactos aos ecossistemas social e ambiental quando da tomada de decisão. De posse dessa verificação, a disciplina tem como **objetivos específicos**: a) tornar o aluno protagonista na comunicação de linguagem de novos padrões de comportamento econômico no exercício de atividade profissional; b) dar ao aluno condições de se apropriar do discurso do desenvolvimento econômico sustentável na gestão da parceria público-privada; c) transformar o aluno em gestor de novos padrões de reflexão jurídica sistêmica que sirvam para intervenções jurídicas em tomadas de decisão jurídica e econômica.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada às aulas é a sistêmico-construtivista e tem na pragmática a resposta aos problemas diagnosticados pelo aluno a partir do conhecimento recebido em aulas expositivas e dialogadas, sendo o protagonista na construção das respostas. As técnicas de aula-pesquisa são a leitura de textos, capítulos de livros, artigos e atividades de reflexão e fixação de conteúdos aplicadas em sala de aula, além da produção acadêmica de seminário e elaboração e entrega de artigo científico como conclusão da disciplina, ao final do semestre, o qual deverá estar em condições de publicação científica.

AVALIAÇÃO

Para a conclusão da disciplina, com aprovação, o aluno deverá alcançar a nota mínima de 7,0 (de um total de 10,0) pontos, avaliada no contexto global, da seguinte forma:

A participação ativa promovendo debate em aula que lhe conferirá de 0,0 a 1,0 ponto, conferido proporcionalmente ou na totalidade dos 10 encontros.

A elaboração e realização de seminário temático, no valor total de 0,0 a 4,0 pontos, a depender dos critérios preenchidos, segundo orientações recebidas para a atividade.

A entrega em 08 de janeiro de 2023, de artigo científico (segundo regras da ABNT e de metodologia científica da pesquisa) que deverá abordar: objeto, problema, hipótese, objetivo geral, objetivos específicos, referências bibliográficas, nacional e estrangeira, observados ao longo do processo de construção da disciplina que computará o valor de 0,0 a 5,0 pontos. Caso o artigo seja entregue fora do prazo, será descontado 1,0 ponto do total avaliado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUÉLLAR, Leila (2009). **Introdução às agências reguladoras brasileiras**. Belo Horizonte: Fórum.

FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de. (1999). **A regulação do serviço público concedido**. Porto Alegre: Síntese.

GUIMARÃES, Fernando Vernalha. (2012) **Concessão de serviço público**. São Paulo: Saraiva.

JUSTEN FILHO, Marçal. (2003) **Teoria Geral das concessões de serviço público**. São Paulo: Dialética.

LEHFELD, Lucas de Souza. (2010). **Controle das agências reguladoras**. São Paulo:

ZANOTTA, Pedro; BRANCHER, Paulo. (2010). **Desafios atuais da regulação Atlas.econômica e concorrência**. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL (2014). **Documentos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação**: Genebra 2003 e Túnis 2005. Trad. Marcelo Amorim Guimarães. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernosCGIbr_DocumentosCMS1.pdf acesso em 23 fev 2020.

BRASIL (2019). **Fintechs e Sandbox no Brasil**. Ministério da Economia: Secretaria de Política Econômica Brasília, junho, 2019. Disponível em <http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/notas-informativas/2019/publicacao-spe-fintech.pdf> Acesso em 28 fev 2020.

BRASIL. (2000). **Livro Verde da Sociedade da Informação**. Acesso em 16 de FEV de 2020, disponível em Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (ibcti): <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/434>

BRASIL. (2013). **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**:Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em Presidência da

República:Secretaria Geral: Sub-chefia para assuntos jurídicos:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm

BRASIL. (2016). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRASIL. (2017). **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**: Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9203-22-novembro-2017-785782-norma-pe.html>

BRASIL. (2018). **Decreto nº 9.571, de 21 de novembro de 2018**: estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em Presidência da República: Subsecretaria-Geral: Sub-chefia para assuntos jurídicos:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9571.htm

BRASIL. (2018). **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em Presidência da República:

Secretaria-Geral: sub-chefia para assuntos jurídicos:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm

BRASIL. (2019). **Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019**. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em Presidência da República: Secretaria Geral: Sub-chefia para assuntos jurídicos: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13848.htm

BRASIL. (2019). **Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019**. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em Presidência da República: Secretaria-Geral: Sub-chefia para assuntos jurídicos: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm

CONNECTAS. (2012). **Empresas e Direitos Humanos**: Parâmetros Da Onu Para Proteger, Respeitar E Reparar Relatório Final De John Ruggie - Representante Especial Do Secretário-Geral. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em Conectas direitos humanos:

<https://www.conectas.org/publicacoes/download/empresas-e-direitos-humanos-parametros-da-onu>

COTTER, Robert. H.; SCHÄFER, Hans-Bernd. **O Nó de Salomão**: como o Direito pode erradicar a pobreza das nações. Trad. Magnum Eltz. Curitiba: Editora CRV, 2017.

ENGELMANN, Wilson; WILLIG, Júnior R. (2016). **Inovação no Brasil**: entre os riscos e o marco regulatório. Jundiaí: Paco.

ENGELMANN, Wilson; WITTMANN, Cristian (Org.). (2015). **Direitos humanos e novas tecnologias**. Jundiaí: Paco.

GADELHA, Carlos. (04 de nov de 2019). **Os desafios de uma tecnologia que sirva ao humano e não que se sirva do humano**. 8-15. (J. V. Santos,

Entrevistador, & I. On-line, Editor) São Leopoldo: IHU On-Line. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao544.pdf>

GRAU, Eros. (2008). **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 13 ed., ver., atual. São Paulo: Malheiros.

GUERRA, Sérgio (Org.) (2014). **Regulação no Brasil: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: FGV.

JUSTEN FILHO, Marçal. (2012). **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15 ed. São Paulo: dialética.

LABORATORIO DE INOVAÇÃO FINANCEIRA (LAB). (s.d.) **Diretrizes gerais para a constituição de sandbox regulatório no âmbito do mercado financeiro brasileiro**. Disponível em http://www.labinovacaofinanceira.com/wp-content/themes/enfold-child/pdf/Sand_box_lab_vs8_web.pdf Acesso em 28 fev 2020.

MAZZUCATO, Mariana. (2014). Introdução: faça algo diferente. In MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado**. Trad. Elvira Serpicos. São Paulo: Portfolio-Penguin; p. 23-39; 41-57; 243-255. Disponível em <http://www.biblioteca.asav.org.br/biblioteca/>

MELLO, Maria Thereza e POSSAS, Mário. (2002). Direito e economia na análise de condutas anticompetitivas. In POSSAS, Mário (Org.). **Ensaio sobre Economia e Direito da Concorrência**. São Paulo: Singular.

MORAES, Alexandre de. (2002). **Agências Reguladoras**. São Paulo: Atlas.

PELLIN, Daniela. (2019). A reconstrução da Torre de Babel pelos construtores da Governança. Em M. F. SANTIAGO, & A. L. LUPI, *Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação* (pp. 78-94). Florianópolis: CONPEDI. Fonte: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/34q12098/xlk81s04/hs81L509ADd54v8F.pdf>

PELLIN, Daniela., & ENGELMANN, Wilson. (2019). O Brasil e a viamão do cumprimento da agenda 2030: as empresas, as instituições e as nanotecnologias. **Revista Culturas Jurídicas**, 6(13), 329-359. doi:10.22409/rcj.v0i0

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. (2009). **Comentários à lei de licitações e contratações na administração pública**. 8 ed. Rio de Janeiro: Renovar.

RIFKIN, J. (2016) **Sociedade com custo marginal zero: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo**. São Paulo: M. Books.

SCHAPIRO, Mario Gomes; CARVALHO, Vinícius Marques de; CORDOVIL, Leonor Augusta Giovine (Coord.) et al. (2013). **Direito econômico concorrencial**. São Paulo: Saraiva. Disponível em: <<http://www.biblioteca.asav.org.br/biblioteca>

SENADO FEDERAL. (s.d.) **Compliance e Lei Anticorrupção nas empresas**. Disponível em; <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p87.pdf> Acesso em: 02 de jan. de 2020.

SUCCAR, Paulo Egídio Seabra; BAGNOLI, Vicente. (2004). **Estudos de Direito da Concorrência**. São Paulo: Mackenzie.

SUNDFELD, Carlos Ari (Org.) (2011). **Parcerias público-privadas**. 2 ed. São Paulo: Malheiros.

TRINDADE, Manoel Gustavo Neubarth. (2020). Economia de plataforma (ou tendência à bursatilização dos mercados): ponderações conceituais distintivas em relação à economia compartilhada e à economia colaborativa e uma abordagem de análise econômica do direito dos ganhos de eficiência econômica por meio da redução severa dos custos de transação. *In Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 6, n. 4, p. 1977-2013.

WINDHOLZ, Eric; HODGE, Graeme A. (2013) Conceituando regulação social e econômica: implicações para agentes reguladores e para atividade regulatória atual. *In Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, v. 264, p. 13-56.

IDENTIFICAÇÃO

*Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

* Nível: Mestrado Profissional Doutorado

*Disciplina: **Projeto de Pesquisa Aplicado na Prática Jurídica**

*Semestre: 2022/2

*Carga horária: 15 horas/aula: *Créditos: 1

*Código da disciplina: 14001-00191-112156

*Área temática: Direito

*Professores: Dra. Daniela Pellin e Dr. José Carlos da Silva Freitas Junior (EGN)

EMENTA

A pesquisa pragmática-sistêmica e seus elementos metodológicos. A abordagem teórica da *Design Science Research*. A abordagem prática da *Design Science Research*. A experiência do projeto aplicado. A experiência da entrega prática da pesquisa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DATA	ECOSSISTEMA DE CONHECIMENTOS
	ENCONTRO 01: 09/09 HORÁRIO: 15H00 ÀS 18H00 Apresentação da proposta da disciplina, da metodologia do desenvolvimento da aprendizagem, dos critérios de avaliação e contextualização da matéria. Aspectos metodológicos da pesquisa aplicada
	ENCONTRO 02: 23/09 HORÁRIO: 15H00 ÀS 18H00 A pesquisa aplicada e seus elementos metodológicos
	ENCONTRO 03: 07/10 HORÁRIO: 15H00 ÀS 18H00 Abordagem teórica da <i>Design Science Research</i>

ENCONTRO 04: 14/10

HORÁRIO: 15H00 ÀS 18H00

Abordagem prática da *Design Science Research*

ENCONTRO 05: 28/10

HORÁRIO: DAS 15H00 ÀS 18H00

Hands-on (mão na massa) aplicada no seu projeto de pesquisa

OBJETIVOS

O **objetivo geral** da disciplina é oportunizar ao Mestrando conhecimento em metodologia aplicada para possibilitar a construção de entregas práticas como resultado de pesquisa científica com o rigor que a *Design Science Research* proporciona. De posse dessa verificação, a disciplina tem como **objetivos específicos**: a) tornar o aluno protagonista na construção de sua pesquisa aplicada mediante ferramental que possibilite a elaboração de respostas a partir da revisão bibliográfica; b) dar ao aluno condições de se apropriar do discurso metodológico da *Design Science Research*.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada às aulas é a sistêmico-constructivista e tem na pragmática a resposta aos problemas diagnosticados pelo aluno a partir do conhecimento recebido em aulas expositivas e dialogadas, sendo o protagonista na construção das respostas. As técnicas de aula-pesquisa são a leitura de textos, capítulos de livros, artigos e atividades de reflexão e fixação de conteúdos aplicadas em sala de aula, além da produção acadêmica de seminário e elaboração e entrega de artigo científico como conclusão da disciplina, ao final do semestre, o qual deverá estar em condições de publicação científica.

AValiação

Para a conclusão da disciplina, com aprovação, o aluno deverá alcançar a nota mínima de 7,0 (de um total de 10,0) pontos, avaliada no contexto global, da seguinte forma:

A **entrega** de proposta aplicada ao projeto de pesquisa desenvolvido pelo aluno segundo a metodologia DSR, cujo valor será conferido de **0,0 a 10,0 pontos**.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Uma análise distintiva entre o estudo de caso, a pesquisa-ação e a design science research. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 17, p. 1116-1133, 2015.

LACERDA, Daniel Pacheco; DRESH, Aline; PROENÇA, Adriano; ANTUNES JR., JOSÉ ANTÓNIO VALLE. Design Science Research: método de pesquisa para a engenharia de produção. **Revista Gestão de Produção**. V. 20, n. 4, p. 741-761, 2013.

FREITAS JUNIOR, José Carlos da Silva *et al.* Design Research: aplicações práticas e lições aprendidas. **Revista de Administração FACES Journal**, 2015.

FREITAS JUNIOR, José Carlos da Silva *et al.* Design Science Research in Developing Leadership in Virtual Worlds. **International Journal of Science and Research Methodology**. 2019.

HEVNER, Alan; CHATTERJEE, Samir. Design science research in information systems. In: **Design research in information systems**. Springer, Boston, MA, p. 9-22; 2011

LACERDA, Daniel Pacheco et al. Design Science Research: método de pesquisa para a engenharia de produção. **Gestão & produção**, v. 20, p. 741-761, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MANSON, Neil J. Is operations research really research? **Orion**, v. 22, n. 2, p. 155-180, 2006.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Normas Gerais e Regimes Próprios de Previdência

Ano/Semestre: 2022/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina:

Professor: Daniel Machado da Rocha

EMENTA

Os Regimes Próprios de Previdência no Brasil. As reformas da previdência no Brasil. Principais Impactos da EC 103/2019. O Papel das normas gerais. A sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência. O mito ou a realidade do déficit previdenciário. A proteção previdenciária ofertada aos servidores públicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Princípios constitucionais relativos à previdência. Normas gerais de direito previdenciário. Reformas constitucionais: causas e consequências. Aproximação entre os regimes públicos de previdência. Financiamento dos regimes de previdência. Contribuições ordinárias e extraordinárias cobradas dos servidores ativos e inativos. Regimes Próprios, constituição da unidade gestora, proibição de criação e regras para sua extinção. Controle dos Tribunais de Contas. Acumulação de benefícios. Teto para o pagamento de benefícios. Benefícios devidos em face da Incapacidade. Aposentadoria Compulsória. Aposentadoria programada. Aposentadoria Especial do Servidor. Pensão Por Morte. Abono de permanência. Previdência Complementar dos Servidores Públicos. Análise de Casos.

OBJETIVOS

- a) Diferenciar as regras do Regime Geral de Previdência e do Regime Próprio de Previdência;
- b) Estudar as Transformações entre os Regimes de Previdência e os Efeitos na Aposentadoria;
- c) Compreender os aspectos que devem ser observados para viabilizar a sustentabilidade de um regime próprio de previdência ao longo do tempo.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, Marcelo Barroso Lima Brito de. Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos. 8 ed. Curitiba: Juruá, 2017.

Lazzari, João Batista (coord) CASTRO, Carlos Alberto Pereira; ROCHA, Daniel Machado da; KRAVCHYCHYN, Gisele. Comentários à reforma da Previdência. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PIERDONÁ, Zelia Luiza. DERZI, Heloisa Hernandez. A EC Nº 103/2019 E A SUSTENTABILIDADE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA Revista direito das relações sociais e trabalhistas, vol 5, nº2. Disponível em: <http://publicacoes.udf.edu.br/index.php/mestradodireito/article/view/189>

QUEIROZ, Cristina. Direitos fundamentais sociais: funções, âmbito, conteúdo, questões interpretativas e problemas de justiciabilidade. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

ROCHA, Daniel Machado da. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 20. ed. Curitiba: Alteridade, 2022.

ROCHA, Daniel Machado da; SAVARIS, Jose Antonio. Direito previdenciário: fundamentos de interpretação e aplicação. 2 ed. Curitiba: Alteridade, 2019.

SAVARIS, José Antonio. Uma Teoria da Decisão Judicial da Previdência Social: contributo para a superação da prática utilitarista. Florianópolis: Conceito Editorial, 2011.

SAVARIS, José Antonio; SOUZA, Victor Roberto Corrêa de. Tutela jurídica dos direitos sociais em formação na PEC da “nova previdência”: uma análise do tratamento conferido às aposentadorias voluntárias. Disponível na internet: <https://doi.org/10.14210/nej.v24n3.p913-941> Acesso em 01.07.2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à Segurança Jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. In ROCHA, Carmen Lúcia Antunes (Org.). Constituição e segurança jurídica: direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Estudos em homenagem a José Paulo Sepúlveda Pertence. 2a edição, Belo Horizonte: Fórum, 2005, p. 85-135.

SARLET, Ingo Wolfgang. O Estado Social de Direito, a proibição de retrocesso e a garantia fundamental da propriedade. Revista eletrônica sobre a reforma do estado, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 9, março/abril/ Maio 2007. Disponível na internet: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=182> . Acesso em 01.08.2020.

SARMENTO, Daniel. Direito Adquirido, Emenda Constitucional, Democracia e Justiça Social Revista eletrônica sobre a reforma do estado, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, Revista eletrônica sobre a Reforma do Estado, nº 12 dezembro/janeiro/fevereiro 2008. Disponível na internet: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=248>. Acesso em 25.07.2020.

SOUZA, Victor. Proteção e Promoção da Confiança no Direito Previdenciário. Curitiba: Alteridade, 2018.

VIEIRA, Lucia Helena (Coordenadora). Regimes Próprios: aspectos relevantes, v. 15 São Bernardo do Campo: APEPREM, 2021

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. Trad. Ernesto Garzón Valdez. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

BALERA, Wagner. Sistema de seguridade social. 4ª ed. São Paulo: LTR, 2006.

BARROSO, Luis Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. Anuario iberoamericano de justicia constitucional, ISSN 1138-4824, Nº. 13, 2009, p. 19-20. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/400285>. Acesso em 14 jun. 2019.

BENDA, Ernest. Dignidad humana y derechos de la personalidad. BENDA, Ernest et alli. Manual de derecho constitucional. Trad. Antonio López Pina. 2ª ed. Madrid: Marcial Pons, 2001. HOLMES, Stephen e SUNSTEIN, Cass. The cost of rights. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W., STRECK, Lenio L. (Coords.). Comentários à Constituição do Brasil. 2 ed. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018.

DELGADO, Ignacio Godinho. Previdência social e mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória política social brasileira. São Paulo : LTr, 2001.

GUASTINI, Riccardo. Distinguiendo: estudios de teoría y metateoría del derecho. Trad. Jordi Ferrer i Beltrán. Barcelona : Editorial Gedisa, 1999.

MALLOY, James M. A Política de previdência social no Brasil. Trad. Maria José Lingren Alves. Rio de Janeiro : Graal, 1986.

MORAIS, Océlio de Jesús C (Coord). Sistemas de Seguridade no Mundo. São Paulo: LTr, 2019.

PEREZ-LUÑO, Antonio-Enrique. La positividad de los derechos sociales: um enfoque desde la filosofía del derecho”, Derechos y Libertades, n.º 14, 2006.

ROCHA, Daniel Machado da. Normas Gerais de Direito Previdenciário e a Previdência do Servidor Público. Florianópolis: CONCEITO, 2012.

ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 5ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Tópicos Especiais II - Desenvolvimento e Liderança

Semestre: 2022/2

Carga horária: 30h

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina:

Professor: Profa. Dra. Patrícia Martins Fagundes Cabral

EMENTA

Liderança nas dimensões individual (líder) e coletiva (rede de liderança) a partir de vivências, de casos, de depoimentos e de práticas empresariais, discutindo criticamente as questões relativas ao contexto de gestão, relações de poder e autodesenvolvimento. Problemática da tomada de decisões em cenários de alta complexidade e instrumentalização para a prática inovadora e transformadora na gestão sustentável. Tendências em Liderança e Gestão de Pessoas no contexto de Pós-pandemia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Combinações gerais
- Concepções da liderança
- Liderança e gestão de pessoas em um mundo complexo: desafios pós-pandemia
- Abordagem integrativa e a liderança no cenário pós-pandemia
- Competências fundamentais aos líderes contemporâneos
- Ambidestria Organizacional: preparando líderes ambidestros

- A liderança como processo social
- O processo de construção da identidade de liderança
- Importância do autoconhecimento para a prática de liderança
- Liderança e (auto)gestão de equipes
- Os desafios das lideranças no campo do direito
- Carisma e Narcisismo em Liderança
- Sombras em liderança: impactos da Liderança Tóxica e da Liderança Abusiva
- Processo Decisório, ética e sustentabilidade
- Liderança e Gestão de Conflitos
- Processos Conversacionais: recurso estratégico na gestão de conflitos e no desenvolvimento de pessoas
- Autoconhecimento, Propósito e Liderança

OBJETIVOS

- a. Proporcionar conhecimentos sobre as concepções de liderança, tendências e desafios contemporâneos em gestão de pessoas.
- b. Despertar as lideranças para o exercício do autoconhecimento como caminho de desenvolvimento para autogestão e para o desenvolvimento e gestão de suas equipes de trabalho.
- c. Desenvolver competências e conscientizar sobre o papel da liderança ética e sustentável na gestão de conflitos e tomada de decisão.
- d. Criar um ambiente propício para repensar a relação com o outro, por meio de processos conversacionais empáticos e eficazes, mitigando conflitos disfuncionais e alavancando a cooperação, o diálogo e o bem-estar nas organizações.

f. Estimular uma gestão ética e solidária, com base na compreensão da sustentabilidade e do propósito.

METODOLOGIA

Aulas sustentadas numa aprendizagem teórica-vivencial, de caráter sistêmico e interdisciplinar, em ambiente presencial ou remoto. A leitura prévia dos textos indicados é fundamental para o aproveitamento dos encontros, tendo em vista que um dos objetivos principais da Unidade Temática é a discussão aprofundada dos temas em questão, nos distintos espaços de aprendizagem. O protagonismo do aluno na participação/construção das aulas (presenciais ou remotas) é a base para o processo de aprendizagem individual e coletivo.

AVALIAÇÃO

As formas de avaliação envolverão tanto a dimensão individual quanto a coletiva, e deverão contemplar a participação nas atividades realizadas em aula. Em princípio, estima-se:

Trabalhos em Grupo = 4,0

Trabalhos individuais = 6,0.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BABALOLA, Mayowa T. et al. The relation between ethical leadership and workplace conflicts: The mediating role of employee resolution efficacy. *Journal of Management*, v. 44, n. 5, p. 2037-2063, 2018.

BOYATZIS, Richard E. et al. Developing resonant leaders through emotional intelligence, vision and coaching. *Organizational Dynamics*, v. 42, n. 1, p. 17-24, 2013.

BUCKINGHAM, Marcus; GOODALL, Ashley. A Falácia do feedback. *Harvard Business Review*, Março/2019. <https://hbr.org/2019/03/the-feedback-fallacy> BITENCOURT, Cláudia Cristina et al. *Gestão Contemporânea de Pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CABRAL, P. M. F.. *Processos Conversacionais e ética nas organizações*. Ebook. Ed. Unisinos, 2017.

DeRUE, D. S; ASHFORD, S. J.. Who Will lead and Who Will follow? A social process of leadership identity construction in organizations. *Academy of Management Review*, 2010. Vol. 35, n° 4, 627-647

KEMPSTER, S.; JACKSON, B.; CONROY, M.. Leadership as purpose: Exploring the role of purpose in leadership practice. *Leadership* 2011 7: 317. DOI: 10.1177/1742715011407384.

KETS DE VRIES, M. Reflexões sobre Caráter e Liderança. Porto Alegre: Bookman, 2010.

LAGOWSKA, SOBRAL e FURTADO. Leadership under Crises: A Research Agenda for the Post-COVID-19 Era *BAR – Brazilian Administration Review* Vol. 17, No. 2, 2020.

MILOSEVIC, Ivana; MARIC, Stefan; LONČAR, Dragan. Defeating the toxic boss: the nature of toxic leadership and the role of followers. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, v. 27, n. 2, p. 117-137, 2020.

MISCENKO, Darja; GUENTER, Hannes; DAY, David V. Am I a leader? Examining leader identity development over time. *The Leadership Quarterly*, v. 28, n. 5, p. 605-620, 2017.

PADILLA, HOGAN E KAISER. The toxic triangle: Destructive leaders, susceptible followers, and conducive environments *The Leadership Quarterly* 18 (2007) 176–194.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTONAKIS, John; FENLEY, Marika; LIECHTI, Sue. Learning Charisma. *Harvard Business Review*, jun-2012. p.. 127-130.

BENNIS, W. et al. O futuro da liderança. São Paulo: Futura, 2001

BOYATZIS, Richard; MCKEE, Anne. O Poder da Liderança Emocional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CABRAL, Patrícia Martins Fagundes; SEMINOTTI, Nedio. Competências de Liderança e Competências Gerenciais: um Olhar Dialógico. São Paulo, ANPAD, 2009. Anais.

CAPRA, Fritjof. As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix-Amana Key, 2002.

CHARAN, Ram. O líder criador de líderes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DUARTE GOMES, A. (coord). Psicologia das Organizações, do Trabalho e dos Recursos Humanos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

FIOL, Michel. La Toma de Decisiones de Directivos Latinos. *RAE - Revista de Administração de Empresas* • Out./Dez. 2001. São Paulo, v. 41 • n. 4 • p. 16-25

FISCHER, Rosa Maria; NOVELLI, José Gaspar Nayme. Confiança como Fator de Redução da Vulnerabilidade Humana no Ambiente de Trabalho. *RAE, VOL. 48, Nº2, ABR./JUN. 2008*

KETS DE VRIES, Manfred. *Global Executive Leadership Inventory*. New Jersey: Pfeiffer, 2005.

LAPIERRE, Laurent. Imaginário e liderança: na sociedade, no governo, nas empresas e na mídia. São Paulo: Atlas, 1995.

MARIOTTI, Humberto. Pensamento Complexo. São Paulo: Atlas, 2007.

RUGG-GUNN, Mike. Why Charismatic Leaders are not always the answer... Human Asset Development International Limited - HADIL. UK, 2011.

WHEATLEY, Margaret J. . Liderança em Tempos de Incerteza. São Paulo: Cultrix, 2006.

WHITE, Joseph. A Natureza da Liderança. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito e Processo Penal Econômico-Empresarial e o Papel dos *Compliance Programs*

Ano/Semestre: 2022/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112157

Professor: Francis Rafael Beck

EMENTA

A intervenção Penal do Estado na regulação da atividade empresarial. A expansão do Direito Penal diante da sociedade globalizada. As condutas delitivas decorrentes de atividade econômicas e empresariais, seus reflexos na sociedade e no mercado. Os critérios para delimitação do risco na atividade empresarial. Os reflexos das normativas penais internacionais e sua repercussão no Direito Penal brasileiro. Investigação Criminal e Medidas Cautelares Pessoais e Patrimoniais no Direito Penal Econômico-Empresarial. Atos de investigação, atos de prova e a intimidade no processo penal econômico-empresarial. *Criminal Compliance*, gestão do risco pessoal e patrimonial, medidas assecuratórias e confisco. Direito premial e colaboração premiada. O *nemo tenetur se detegere*, a proporcionalidade, prova ilícita, *inevitable discovery*, *independent source* e os limites processuais e constitucionais do agir estatal no processo penal econômico e empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito Penal contemporâneo – globalização, sociedade do risco e expansão do direito penal.
- Direito Penal Econômico e *white-collar crime*.
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária.
- Crimes contra a ordem previdenciária.
- Contrabando e descaminho.
- Lei 9.613/1998 – Crimes de lavagem de dinheiro
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem econômica.
- Lei 7.492/1986 – Crimes contra o sistema financeiro nacional.
- Corrupção.
- Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas.
- Investigação e processo penal no Direito Penal Econômico-Empresarial.
- Cooperação jurídica internacional.
- Acordo de leniência e colaboração premiada.
- *Compliance programs e criminal compliance*.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada mediante participação em seminários, bem como elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Crimes federais**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

COIMBRA, Marcelo de Aguiar; MANZI, Vanessa Alessi (Org.). **Manual de compliance: preservando a boa governança e a integridade das organizações**. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, José Faria (Coord.). **Temas de direito penal econômico**. Coimbra: Coimbra, 2005.

KUHLEN, Lothar; MONTIEL, Juan Pablo; URBINA GIMENO (Org.). **Compliance y teoria del derecho penal**. Madri: Marcial Pons, 2013.

SALGADO, Daniel de Resende; QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro (Org.). **A prova no enfrentamento à macrocriminalidade**. Salvador: Juspodivm, 2015.

SCHMIDT, Andrei Zenkner. **Direito penal econômico**: parte geral. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **A expansão do direito penal**: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TIEDEMANN, Klaus. **Derecho penal económico**: introducción y parte general. Lima: Grijley, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLER, Germán. **Criminalidad del poder económico**: ciência y práxis. Buenos Aires: Editorial Bdef, 2011.

ANDRADE, Manuel da Costa. Métodos ocultos de investigação (Plädoyer para uma teoria geral). In: MONTE, Mário Ferreira (Org.). **Que futuro para o direito processual penal**. Coimbra: Coimbra, 2009.

BOTTINO, Thiago; MALAN, Diogo. **Direito penal e economia**. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV, 2012.

CALLEGARI, André Luís; WEBER, Ariel Barazzetti. **Lavagem de dinheiro**: São Paulo: Atlas, 2014.

CAVERO, Percy García. **Criminal compliance**. Lima: Palestra, 2014.

CERVINI, Raúl; ADRIASOLA, Gabriel. **Responsabilidade penal dos profissionais jurídicos**: os limites entre a prática jurídico-notarial lícita e a participação criminal. São Paulo: RT, 2013.

DE CARLI, Carla Veríssimo (Org.). **Lavagem de dinheiro**: prevenção e controle penal. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. **La política criminal en la encrucijada**. Buenos Aires: Bdef, 2007.

GÓMEZ-JARA DÍEZ, Carlos. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica**: teoria do crimes para pessoas jurídicas. São Paulo: Atlas, 2015.

MANN, Kenneth. **Defending white collar crime**: a portrait of attorneys at work. New Haven: Yale University Press, 1985.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **Libertad económica o fraudes punibles**. riesgos penalmente relevantes e irrelevantes en la actividad económico-empresarial. Madrid: Marcial Pons, 2003.

SUTHERLAND, Edwin H. **El delito de cuello blanco**. Prefácio. Rosa del Olmo. Madrid: La Piqueta, 1999.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Tópicos Especiais II: Direito e Startups

Ano/Semestre: 2022/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina:

Professor: Dr. Éderson Garin Porto

EMENTA

A compreensão da Inovação como fator de crescimento econômico e o papel desempenhado pelas startups neste cenário, bem como compreender como o direito pode desempenhar um papel importante nesta nova economia. Os instrumentos societários utilizados por empreendedores que decidem por criar startups, quer seja através de uma sociedade formalmente constituída ou por uma sociedade em comum. Aspectos fiscais de novos negócios e suas inovações. Etapas do financiamento de startups e os tipos de financiamento que os empreendedores podem encontrar. Discutir outros pontos relevantes em que o direito se relaciona com as startups.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01: Abertura da disciplina. Inovação e Startups.

Texto inicial: RIES, Eric. **A Startup Enxuta**. São Paulo: Leya, 2011.

Aula 02: Arranjos Societários em Startups. Acordos pré-operacionais. Contrato Social e Acordo de Sócios.

Texto inicial: Nybo, Erik Fontenele. Memorando de Entendimentos para Pré-Constituição de Startups. In: Júdice, Lucas Pimenta; Nybo, Erik Fontenele. **Direito das Startups**. Curitiba: Juruá, 2016.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. **A Sociedade em Comum**. São Paulo: Malheiros, 2013.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. ADAMEK, Marcelo Vieira von . Affectio societatis: um conceito jurídico superado no moderno direito societário pelo conceito de fim social. **Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro**, v. 149-150, p. 108-130, 2008.

Aula 03: Governança Corporativa em Startups;

Remuneração e Bonificação de Gestores – *Stock Options e Vesting*;

Texto inicial: SILVA, Layon Lopes. Governança Corporativa para Startups. In: JÚDICE, Lucas Pimenta; NYBO, Erik Fontenele. **Direito das Startups**. Curitiba: Juruá, 2016.

ADAMEK, Marcelo von. Abuso de minoria em direito societário. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

ATASANOV, V.; BLACK, B.; CICCOTELLO, C. Law and tunneling. *Journal of Corporation Law*, v. 37, 2011.

CAMARGOS, M. A.; BARBOSA, F. V. A adoção de práticas diferenciadas de Governança Corporativa beneficia o acionista e aumenta a liquidez acionária? Evidências empíricas do mercado brasileiro. *Revista de Gestão*, v. 17, n. 2, art. 5, p. 189-208, 2010.

LARRATE, Marco. Governança Corporativa e Remuneração dos Gestores. 1.ed. Atlas. São Paulo, SP, 2013.

Aula 04: Investimentos em Startup

Texto Inicial: FELD, Brad e MENDELSON, Jason. *Venture Deals: Be Smarter Than Your Lawyer and Venture Capitalist*. 3 ed. Nova Jersey: Willey, 2016.

COELHO, Giulliano Tozzi; GARRIDO, Luiz Gustavo. Dissecando o Contrato com Investidor-Anjo. In: JÚDICE, Lucas Pimenta; NYBO, Erik Fontenele. **Direito das Startups**. Curitiba: Juruá, 2016. p. 115-130.

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. Sociedade em Conta de Participação: aplicações práticas e diferentes formatações. IN: BOTREL, Sérgio; BARBOSA, Henrique. **Finanças Coporativas: aspectos jurídicos e estratégicos**. São Paulo: Altas, 2016. p 617-637.

SILVA, Layon Lopes. Debêntures. O que são, sua regulamentação e utilização por Sociedades Limitadas. In: JÚDICE, Lucas Pimenta; NYBO, Erik Fontenele. **Direito das Startups**. Curitiba: Juruá, 2016.

Aula 05: Aspectos Tributários em Startups

Texto inicial: PRADO, Roberta Nioac; PEIXOTO, Daniel Monteiro e DE SANTI, Eurico Marcos Diniz. *Direito societário: estratégias societárias, planejamento tributário e sucessório*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Aula 06: Influência da Tecnologia nos Contratos envolvendo Startups

Acordo de Confidencialidade Termos de Uso; Política de Privacidade e Marco Civil da Internet; Contratos Eletrônicos.

Texto inicial: BACELO, Ana Paula Terra. *Arquitetura de Software: conceitos e tendências*. Jornada Acadêmica – FACIN PUCRS. 2010

ABRANTES, Antonio Carlos de Souza. A patenteabilidade de algoritmos e do Programa de computador em si. *Revista da ABPI- Associação Brasileira da Propriedade Intelectual*. Rio de Janeiro. v.135, p. 6-21. Mar/Abr 2015.

Aula 07: Propriedade Intelectual & Startup

Texto inicial: ABRANTES, Antonio Carlos de Souza. A patenteabilidade de algoritmos e do programa de computador em si. Revista da ABPI- Associação Brasileira da Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro. v.135, p. 6-21. Mar/Abr 2015.

Aula 08: Blockchain e Smartcontracts

Texto inicial: PILKINGTON, M. Blockchain Technology: principles and applications. Research Handbook on Digital Transformations, 18, 2015. Disponível em:

<<https://ssrn.com/abstract=2662660>>.

Aula 09: Startup e Regulação

Texto inicial: ARAÚJO, D. B. S. G. Mercado de capitais: definição, funções, objetivos e histórica da

regulação brasileira. In: _____. Regulação brasileira do mercado de capitais. São Paulo: Saraiva, 2015.

BAPTISTA, Patrícia; KELLER, Clara Iglesias. Por que, quanto e até onde regular as novas tecnologias? Entre inovação e preservação, os desafios trazidos pelas inovações disruptivas. In: FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, SATHLER, Marina Rosa. Os desafios do equity crowdfunding. In: FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, Bruno (Coord.). Regulação e novas tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

Bruno (Coord.). Regulação e novas tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

ZHOU, W.; ARNER, D. W.; BUCKLEY, R. P. Regulation of Digital financial services in china: last mover Advantage. Tsinghua China Law Review, University of Hong Kong Faculty of Law Research, [Paper no. 2015/044], N. 8, 2015. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2660050>>.

Aula 10: Cases de Sucesso

Texto inicial: Debate com CEOs de startups de destaque no mercado.

OBJETIVOS

A atividade acadêmica objetiva aprofundar a compreensão do ecossistema de inovação, examinar as peculiaridades das relações jurídicas estabelecidas e instigar os mestrandos a pensar em soluções para os desafios que se apresentam com os avanços tecnológicos.

AVALIAÇÃO

Participação em aula, participação nos seminários e elaboração de parecer jurídico para solução dos problemas propostos para cada seminário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BHIDE, Amar. *Bootstrap Finance: The Art of Start-ups*. In: Harvard Business Review, v. 70, 6, p. 109-117, Nov. 1992.

COOTER, Robert; SCHÄFER, Hans-Bernd. *O Nó de Salomão: como o direito pode erradicar a pobreza das nações*. Curitiba: CRV, 2017.

COELHO, Giulliano Tozzi; CAMARGO, Henrique Cabral; RIGÃO, Romulo de Oliveira. *Contrato De Investimento Em Startup Pela Ótica Da Teoria Da Agência: Análise De Cláusulas E A Relação Com Os Conflitos De Agência*. In: Revista dos Tribunais. vol. 976. São Paulo: Revista dos Tribunais: fev. 2017. p. 221-239.

FELD, Brad e MENDELSON, Jason. *Venture Deals: Be Smarter Than Your Lawyer and Venture Capitalist*. 3 ed. Nova Jersey: Willey, 2016.

JONIKAS, Donatas. *Startup evolution curve. From idea to profitable and scalable business*. San Bernardino: IDEA, 2018.

JÚDICE, Lucas Pimenta; NYBO, Erik Fontenele. *Direito das Startups*. Curitiba: Juruá, 2016.

LARRATE, Marco. *Governança Corporativa e Remuneração dos Gestores*. 1.ed. Atlas. São Paulo, SP, 2013.

PRADO, Roberta Nioac; PEIXOTO, Daniel Monteiro e DE SANTI, Eurico Marcos Diniz. *Direito societário: estratégias societárias, planejamento tributário e sucessório*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PORTO, Éderson Garin. *Manual Jurídico das Startups*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

RANDALL S. BILLINGSLEY, a; DAVID M. SMITH, a. *Why Do Firms Issue Convertible Debt?*. *Financial Management*. 2, 93, 1996.

REUM, Courtney e REUM, Carter. *Shortcut your startup. Speed up success with unconventional advice from the trenches*. Nova York: Gallery Books, 2018.

RIES, Eric. *The Lean Startup: How today's entrepreneurs use continuous innovation to create radically successful business*. Nova York: Crown Business, 2011.

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. *Sociedade em Conta de Participação: aplicações práticas e diferentes formatações*. IN: BOTREL, Sérgio; BARBOSA, Henrique. *Finanças Coporativas: aspectos jurídicos e estratégicos*. São Paulo: Altas, 2016. p 617-637.

THIEL, Peter. *Zero to One. Notes on startups, or how to built the future*. Nova York: Crown Business, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- COUTINHO, Sérgio Mendes Botrel. *Fusões e aquisições*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- DEGENNARO, Ramon. P.; DWYER, Gerald P. *Expected Returns to Stock Investments by Angel Investors in Groups*. Working Paper Series (Federal Reserve Bank of Atlanta). 2010. p. 1-48.
- DIMOV, D; MURRAY, G. *Determinants of the Incidence and Scale of Seed Capital Investments by Venture Capital Firms*. Small Business Economics. 30, 2, 127-152, Feb. 2008. ISSN: 0921898X.
- DINIZ, Gustavo Saad. *Instrumentos de Capitalização Societária*. Revista de Direito Privado. vol 49. São Paulo: Revista dos Tribunais, jan-mar 2012. p. 103-121.
- ENEI, José Virgílio Lopes. *O capital de risco e o private equity no Brasil: a nova lógica do investimento*. In: ADAMEK, Marcelo Vieira Von (coord.). Temas de direito societário e empresarial contemporâneos. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 723.
- GOMPERS, P; LERNER, Josh. *The Venture Capital Revolution*. The Journal of Economic Perspectives. vol 15. n. 2. Nashville: American Economic Association, 2001. p. 145-168.
- GOMPERS, P. e LERNER, J. *The Venture Capital Cycle*, Cambridge MA: MIT Press.
- HAAS, Jeffrey J. *Corporate finance*. Nova York: West Academic, 2017
- HILL, Claire; QUINN, Brian e SOLOMON, Steven. *Mergers and Acquisitions*. St. Paul: West Academy, 2016.
- KERR, William R.; LERNER, Josh.; SCHOAR, Antoinette. *The Consequences of Entrepreneurial Finance: Evidence from Angel Financings*. In: Review of Financial Studies 27, no. 1 (January 2014): 20–55.
- MAXWELL, A. L., JEFFREY, S. A., & LÉVESQUE, M. 2011. *Business angel early stage decision making*. In: Journal of Business Venturing, 26: 212–225.
- SAZONOV, S; et al. *Alternative sources of business development: Mezzanine financing*. Scientific Papers of the University of Pardubice, Series D: Faculty of Economics and Administration. 23, 37, 143-155, Jan. 1, 2016. ISSN: 18048048..
- SCALZILLI. João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. *Sociedade em Conta de Participação: aplicações práticas e diferentes formatações*. IN: BOTREL, Sérgio;

SUDEK, R. *Angel investment criteria*. *Journal of Small Business Strategy*, 17: 89–103.

WONG, Andrew; BHATIA, Mihir; FREEMAN, Zachary. *Angel Finance: the other venture capital*.
Strategic Change. Nov2009, Vol. 18 Issue 7/8, p. 221-230.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito e Processo do Trabalho na Contemporaneidade 4.0

Ano/Semestre: 2022/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121801

Professor: Guilherme Wünsch

EMENTA

Estudo das obras de Alain Supiot relacionados ao entrelaçamento entre a criação do homem jurídico, os direitos fundamentais e o discurso econômico. Análise horizontal do direito e as influências do poder do capitalismo nas transformações da sociedade, do comportamento dos indivíduos e da própria função do Direito do Trabalho ao longo do tempo, com vistas à construção do novo jurista mediante uma análise do futuro das relações de trabalho. A pessoa como sujeito do Direito do Trabalho. O Processo do Trabalho na Era Tecnológica. Provas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Revisão crítica do Direito do Trabalho na Contemporaneidade. Disrupção dos modelos de trabalho e desafios empresariais. Trabalho e Capital. Trabalho e Sociedade. Negociações Coletivas e Perfis Empresariais e Sindicais. Autonomia Privada e sua Releitura no Direito do Trabalho Contemporâneo. Flexibilização, Desregulamentação e Terceirização. Relações de Trabalho e Sociedade do Consumo. Saúde do Trabalhador. A questão Psíquica da Saúde do Trabalhador. Trabalho e Sofrimento. Empregabilidade, crise e futuro das relações de trabalho. Caminhos para uma nova significação do Direito do Trabalho.

OBJETIVOS

- a) Revisar, criticamente, os institutos materiais e processuais trabalhistas;
- b) Efetuar pesquisas aplicadas no contemporâneo contexto da empregabilidade no Brasil;
- c) Compreender o a relação entre trabalho e consumo, no contexto disruptivo das relações trabalhistas modernas.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ARCE, Juan Carlos. Derecho del trabajo y crisis económica: la invención de porvenir. Aranzadi, 2013.

BENITO, Santos Miguel Ruesga (coord.). Reformas Laborales en la Gran Recesión. Valencia: Tirant to Blanch, 2016.

CARNOY, Martin. El trabajo flexible em la era de la información. Alianza Editorial, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DE MASI, Domenico. O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós industrial. Distrito Federal: Editora da UNB, 1999.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. Oboré: São Paulo, 1993.

DEJOURS, Christophe. BÈGUE, Florence. Trabajo y suicídio. Madrid: Modus Laborandi, 2010.

KON, Anita. A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil. Rio de Janeiro: Altabooks, 2016.

MELO, Sandro Nahmias. RODRIGUES, Karen Rosendo de Almeida Leite. Direito à desconexão do trabalho com análise crítica da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) Teletrabalho, Novas Tecnologias e Dano Existencial. São Paulo: LTr, 2018.

MUÑIZ, Javier Fernández-Costales. Estudios sobre las últimas reformas laborales: efectos de la crisis em el derecho del trabajo. Eolas Ediciones.

OLEA, Manuel Alonso. El trabajo como bien escasso y la reforma de su mercado. Civitas, 1995.

PORTO, Ederson Garin. Manual Jurídico da Startup: como criar e desenvolver projetos inovadores com segurança. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. São Paulo: M. Books, 2004.

SUPIOT, Alain. Crítica do direito do trabalho. Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SUPIOT, Alain. Homo juridicus. Ensaio sobre a função antropológica do Direito. Martins Fontes, 2007.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Empresa, Economia e Desenvolvimento

Código Disciplina: 112149

Professor: Manoel Gustavo Neubarth Trindade

Ano/Semestre: 2022/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

EMENTA

Aspectos estruturantes do Direito de Empresa. A realidade jurídica das sociedades contempladas no Código Civil e na legislação esparsa empresarial, notadamente a Sociedade por Ações. O fenômeno da internacionalização de sociedades empresárias brasileiras: necessidade de posicionamento global, adequação jurídica da estrutura societária e padrões escriturais internacionais. A importância dos acordos de acionistas como meio de prevenir conflitos. A administração com base nas boas práticas de governança corporativa. Análise do direito societário à luz da legislação e jurisprudência de alguns Estados estrangeiros. Tratados aplicáveis às sociedades e a algumas de suas transações internacionais. Análise dos principais temas relacionados à clássica teoria geral do Direito Comercial, a partir da unificação do direito privado e das relações entre Direito e economia. Estudo das principais características dos tipos societários previstos no direito brasileiro, com ênfase nas sociedades limitadas e nas sociedades anônimas. Exame dos principais atos e operações societárias tais como fusões, aquisições, formação de joint ventures e de consórcios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito Penal contemporâneo – globalização, sociedade do risco e expansão do direito penal.

- Direito Penal Econômico e *white-collar crime*.
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária.
- Crimes contra a ordem previdenciária.
- Contrabando e descaminho.
- Lei 9.613/1998 – Crimes de lavagem de dinheiro
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem econômica.
- Lei 7.492/1986 – Crimes contra o sistema financeiro nacional.
- Corrupção.
- Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas.
- Investigação e processo penal no Direito Penal Econômico-Empresarial.
- Cooperação jurídica internacional.
- Acordo de leniência e colaboração premiada.
- *Compliance programs e criminal compliance*.

AVALIAÇÃO

Participação em aula, participação nos seminários, fichas de leitura e prova com consulta e/ou artigo científico para publicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALLI, Cassio. **Empresa, direito e economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. [S.l.]: The University of Chicago Press, 1990.

COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. **Direito e economia**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

EASTERBROOK, F. **The economic structure of corporate law**. Cambridge: Harvard University Press, 1996

KRAAKMAN, Reiner. et al. **The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach**. Oxford: Oxford University, 2000.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito**. São Paulo, Atlas, 2014.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. [S.l.]: Instituto Liberal, 2002.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. São Paulo: Campus, 2005.

SZTAJN, Rachel. **Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados**. São Paulo: Atlas, 2004.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio; **Direito, economia e organizações**. [S.l.]: Campus, 2005.

YAZBEK, Otavio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. [S.l.]: Elsevier, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Fernando. **Análise econômica do direito, programa e guia de estudo**. [S.l.]: Almedina, 2008.

ASCARELLI, Tullio. **Panorama do direito comercial**. São Paulo: Saraiva e Cia, 1947.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.

BAINBRIDGE, Stephen M. **Corporate governance after the financial crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CRETELLA NETO, José. **Empresa transnacional e direito internacional: exame do tema à luz da globalização**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa**. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.

MENDONÇA, J. X. Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945. v. 1.

POLINSKY, A. Mitchell. **An introduction to law and economics**. 3rd ed. New York: Aspen Publishers, 2003.

POSNER, Richard A. **Economic analysis of law**: aspen law. 8th ed. [S.l.]: Wolters Kluwer, 2005.

POSNER, Richard A. **How judges think**. [S.l.]: Harvard University Press, 2008.

SHAVELL, Steven. **Economic analysis of law**. [S.l.]: Foundation Press, 2004.

SHAVELL, Steven. **Foundations of economic analysis of law**. [S.l.]: Harvard University Press, 2004.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Malheiros, 2004. v. 1.

VIVANTE, Cesare. **Trattato di diritto commerciale**. 5. ed. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1934. v. 1.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Compliance e Direitos Sociais

Ano/Semestre: 2022/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121803

Professor: Cristiano Colombo

EMENTA

Análise econômica do direito e contexto empresarial, com noções básicas acerca da teoria econômica da empresa e a perspectiva dos custos de transação. Direito do trabalho e economia, o contrato de trabalho sob a perspectiva de análise da assimetria informacional, custos de agência, risco moral, seleção adversa e sinalização. O efeito de aprisionamento contratual (contractual hold-up) e a relação de trabalho. Economia comportamental e vieses cognitivos aplicados ao contrato de trabalho. Análise de custo-benefício, a efetivação de programas de compliance trabalhista e o halo effect.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Programas de Compliance. O Compliance como instituto originário do Direito Penal e Direito Administrativo. Empresa e Compliance. Risco Judicial e Compliance. Efetivação do Compliance em matéria trabalhista.

OBJETIVOS

a) Trabalhar com as ferramentas de análise econômica do direito na percepção do contexto empresarial, principalmente na visão da empresa como polo contratual;

- b) Dominar noções básicas de análise econômica do direito de trabalho, especialmente a assimetria informacional no contrato de trabalho e potenciais custos de agência, com a identificação de situações envolvendo risco moral, seleção adversa e sinalização;
- c) Compreender noções básicas de economia comportamental, através do exame dos principais vieses cognitivos e sua caracterização na relação de trabalho.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORJAS, George. Economia do trabalho. Trad. R. Brian Taylor. Rev. téc. Giacomo Balbinotto Neto. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; SILVA, Michael César; THIBAU, Vinícius Lott (Coord.) O Direito Privado e o novo Código de Processo Civil: repercussões, diálogos e tendências. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

CAVALLI, Cassio. Empresa, direito e economia. São Paulo: Saraiva, 2014.

COASE, R. H. The firm, the market and the law. [S.l.]: The University of Chicago Press, 1990.

COIMBRA, Marcelo de; MANZI, Vanessa A. Manual de compliance: preservando a boa governança e integridade das organizações. São Paulo: Atlas, 2010.

COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. Direito e economia. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

EASTERBROOK, F. The economic structure of corporate law. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

GORGA, Érica. Direito societário atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KRAAKMAN, Reiner. et al. The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach. Oxford: Oxford University, 2000.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. Análise econômica do direito. São Paulo, Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. Manual de auditoria jurídica: legal due diligence: uma visão multidisciplinar no direito empresarial brasileiro. Rio de Janeiro: Quartier Latin. 2007.

ARAÚJO, Fernando. Análise econômica do direito, programa e guia de estudo. [S.l.]: Almedina, 2008.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. Revista de Direito Mercantil, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.

BAINBRIDGE, Stephen M. Corporate governance after the financial crisis. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CRETELLA NETO, José. Empresa transnacional e direito internacional: exame do tema à luz da globalização. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

DA SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. Governança corporativa no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de empresa. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.

HEINEN, Juliano. Comentários à Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2015. Belo Horizonte: Fórum, 2015

NORTH, Douglass C. Custos de transação, instituições e desempenho econômico. [S.l.]: Instituto Liberal, 2002.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Direito, economia e mercados. São Paulo: Campus, 2005.

SZTAJN, Rachel. Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados. São Paulo: Atlas, 2004.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio; Direito, economia e organizações. [S.l.]: Campus, 2005.

YAZBEK, Otavio. Regulação do mercado financeiro e de capitais. 2. ed. [S.l.]: Elsevier, 2008.

POSNER, Richard A. Economic analysis of law: aspen law. 8th ed. [S.l.]: Wolters Kluwer, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direitos Fundamentais e Sociais na Era da Inovação Tecnologia

Ano/Semestre: 2022/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121796

Professor: Guilherme Wunsch

EMENTA

Crises de Estado. O sistema de Capital. Neoliberalismo e mundo do trabalho. O ser humano como elemento central do trabalho. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Crises de Estado. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0. Evolução histórica. Fontes materiais e formais. Princípios. Hermenêutica justralhista. Direitos fundamentais e relação de emprego. Eficácia das normas constitucionais e diálogo com as fontes internacionais de proteção ao trabalho. As Convenções da OIT e o movimento paredista. 2013 e a volta da greve de solidariedade. O diálogo dos movimentos coletivos com as entidades sindicais. O Poder Judiciário e a greve: análise de decisões judiciais. Despedida coletiva como elemento de resistência coletiva. Perspectivas. Análise dos parágrafos segundo e terceiro do art. 5º da CF e das decisões do STF/TST sobre aplicação. O caso da Convenção 158 da OIT.

OBJETIVOS

- a) Compreender os impactos da evolução tecnológica na efetivação dos direitos sociais e fundamentais.
- b) Estudar as novas relações sociais, na denominada sociedade 5.0, e a sua influência no Direito do Trabalho e Previdenciário.
- c) Refletir acerca do desenvolvimento empresarial a partir de uma cultura tecnológica.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- GALVÃO, Jorge. O neoconstitucionalismo e o fim do estado de direito. Saraiva, 2013.
- GUERRA, Sidney. Direitos humanos: na ordem jurídica internacional e reflexos na ordem constitucional brasileira. 2ª edição. Atlas, 2014.
- HARTLEY, Scott. O fuzzy e o techne: por que as ciências humanas vão dominar o mundo digital. São Paulo: BEI Comunicação, 2017.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 14ª edição. Saraiva, 2013.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho, volume I: parte I. São Paulo: LTr, 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho, volume I: parte II. São Paulo: LTr, 2017.

SEVERO, Valdete Souto. Garantia de Manutenção no Emprego: Condição de Possibilidade da Verdadeira Negociação Coletiva. In Cadernos da Amatra 4, 9ª edição, out/dez 2008.

SEVERO, Valdete Souto. O Dever de motivar a Despedida: Argumentos para uma lógica comprometida com a ordem constitucional vigente. Livraria do Advogado. Porto Alegre, 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A convenção nº 158 da OIT e a perda do emprego. Jornal Trabalhista Consulex: Brasília. Brasília, DF, n.1248, 17 nov. 2008.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. O abuso das dispensas coletivas e a reação corretiva do Direito do Trabalho. Acesso: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/o-abuso-das-dispensas-coletivas-e-a-reacao-corretiva-do-direito-do-trabalho>

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Ainda o abuso das dispensas coletivas. Acesso:<http://www.jorgesoutomaior.com/blog/ainda-o-abuso-das-dispensas-coletivas>

VIANA, Márcio Túlio. Trabalhador sem medo - alguns argumentos em defesa da convenção n.158 da OIT Revista LTr: Legislação do Trabalho: São Paulo. São Paulo, v.72, n.4, p.438-443, abr. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AROUCA, José Carlos. A convenção n. 158 e as dispensas coletivas. Revista Justiça do Trabalho. Local ,Nº 291, março, 2008.

BAYLOS, Antonio; PÉREZ REY, Joaquín. El Despido o La violencia del Poder Privado. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

CANOTILHO, J.J. Gomes. MENDES, Gilmar Ferreira. SARLET, Ingo Wolfgang. STRECK, Lenio Luiz. Comentários à Constituição do Brasil. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

EDELMAN, Bernard. A legalização da classe operária. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016

FERRAZ HAZAN, Ellen Mara. Da Greve ao Locaute: contribuições para a luta coletiva. Belo Horizonte: RTM, 2016.

GIANNOTTI, Vito. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MACIEL, José Alberto Couto. Vigência da Convenção nº 158 da OIT. In Trabalho & Doutrina. São Paulo: Saraiva, nº 11, dezembro de 1996, p. 20-23.

MARTINS CATHARINO, José. Em Defesa da Estabilidade. São Paulo: LTr, 1966.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORAES FILHO, Evaristo de. Tratado elementar de direito do trabalho. V. I. São Paulo: Livraria Freitas Bastos S/A, 1960.

PAIXAO, CRISTIANO. LOURENCO FILHO, Ricardo. A greve e sua conformação pelo TST: desvelando mentalidades. FERNANDES COUTINHO, Grijalbo e outros (coord). O Mundo do Trabalho. Volume I. Leituras Críticas da jurisprudência do TST: em defesa do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2009, pp. 65-76.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil. 1889-1930. Documentos. V. I. O Movimento Operário. São Paulo: FUNCAMP, 1979.

SANTANA, Marco Aurélio. RAMALHO, José Ricardo (org). Além da Fábrica. Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SEGATTO, José Antônio. A formação da classe operária no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Processo Previdenciário na Prática Empresarial

Ano/Semestre: 2022/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121807

Professor: Cristiano Colombo

EMENTA

Princípios do Processo Previdenciário. Início do Processo Previdenciário. Fase Instrutória do Processo Previdenciário. Fase Decisória do Processo Previdenciário. Recursos Administrativos. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Embargo de Declaração e Erro Material. Reclamação ao Conselho Pleno. Uniformização de Jurisprudência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Juizado Especial Federal. Prática Processual. Justiça Federal. Prática Processual. Instâncias Superiores. Prática Processual. Mandado de Segurança e Benefícios Previdenciários. A Sentença Trabalhista e sua Repercussão no Direito Previdenciário. Decisões Previdenciárias Comentadas da TNU, do STJ e do STF. Prática Processual. Dano Moral Previdenciário. Teses no Direito Previdenciário.

OBJETIVOS

- a) Compreender a sistemática processual previdenciária no contexto das demandas contemporâneas;
- b) Estudar todas as fases do processo previdenciário e suas implicações no cotidiano empresarial;
- c) Refletir sobre os efeitos da sentença trabalhista no processo previdenciário.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BALERA, Wagner. A seguridade social na Constituição de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.
- BARBOSA, Gustavo Garcia. Direito do trabalho, seguridade social e processo civil: a evolução diante das mudanças no sistema jurídico. São Paulo: Saraiva, 2016.
- BELTRÃO, Irapuã. Curso de direito tributário. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Livro Eletrônico.
- BRAGANÇA, Kerlly Huback. Manual de direito previdenciário. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. Livro Eletrônico.
- BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo código de processo civil brasileiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Livro eletrônico.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016. Livro Eletrônico.

CHAMON, Omar. Introdução ao direito previdenciário. 1. ed. Barueri: Manole, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DALSOTTO, Juliana Guasselli; TRICHES, Alexandre Schumacher. Da ampliação do instituto da grande invalidez para outros benefícios previdenciários – limites e possibilidades. Revista Direito Cultura e Cidadania - CNEC OSÓRIO / FACOS VOL. 4 – Nº 1 – MARÇO/2014 – ISSN 2236-3734. Disponível em: <http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/direito_cultura_e_cidadania/marco_2014/pdf/da_ampliacao_do_instituto_da_grande_invalidez_para_outros_beneficios_previdenciarios_limites_e_possibilidades.pdf>.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Eduardo Rocha. Curso de direito previdenciário. 3 ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

DUARTE, Marina Vasques. Direito previdenciário. 5. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

EDUARDO, Ítalo Romano. EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. Curso de direito previdenciário. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FELIPE, J. Franklin Alves. Curso de direito previdenciário. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FELIX, Jorge. Desafios da previdência social para um país que envelhece e o risco da aposentadoria como prêmio. In: BERZINS, Marília Viana; BORGES, Maria Claudia (Org.). Políticas públicas para um país que envelhece. São Paulo: Martinari, 2012. p. 137-154.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de direito da seguridade social. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GLASENAPP, Ricardo Bernd. Direito previdenciário. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

GOES, Hugo. Manual de direito previdenciário. 10. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2015.

HORVAT JÚNIOR, Miguel; AMORIM, José Roberto Neves (Coord.). Direito previdenciário. Barueri: Manole, 2011.

HORVATH JÚNIOR, Miguel. Direito previdenciário. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2002.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Empresa, Economia e Desenvolvimento

Código Disciplina: 112149

Professor: Manoel Gustavo Neubarth Trindade

Ano/Semestre: 2022/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

EMENTA

Aspectos estruturantes do Direito de Empresa. A realidade jurídica das sociedades contempladas no Código Civil e na legislação esparsa empresarial, notadamente a Sociedade por Ações. O fenômeno da internacionalização de sociedades empresárias brasileiras: necessidade de posicionamento global, adequação jurídica da estrutura societária e padrões escriturais internacionais. A importância dos acordos de acionistas como meio de prevenir conflitos. A administração com base nas boas práticas de governança corporativa. Análise do direito societário à luz da legislação e jurisprudência de alguns Estados estrangeiros. Tratados aplicáveis às sociedades e a algumas de suas transações internacionais. Análise dos principais temas relacionados à clássica teoria geral do Direito Comercial, a partir da unificação do direito privado e das relações entre Direito e economia. Estudo das principais características dos tipos societários previstos no direito brasileiro, com ênfase nas sociedades limitadas e nas sociedades anônimas. Exame dos principais atos e operações societárias tais como fusões, aquisições, formação de joint ventures e de consórcios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito Penal contemporâneo – globalização, sociedade do risco e expansão do direito penal.

- Direito Penal Econômico e *white-collar crime*.
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária.
- Crimes contra a ordem previdenciária.
- Contrabando e descaminho.
- Lei 9.613/1998 – Crimes de lavagem de dinheiro
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem econômica.
- Lei 7.492/1986 – Crimes contra o sistema financeiro nacional.
- Corrupção.
- Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas.
- Investigação e processo penal no Direito Penal Econômico-Empresarial.
- Cooperação jurídica internacional.
- Acordo de leniência e colaboração premiada.
- *Compliance programs e criminal compliance*.

AVALIAÇÃO

Participação em aula, participação nos seminários, fichas de leitura e prova com consulta e/ou artigo científico para publicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALLI, Cassio. **Empresa, direito e economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. [S.l.]: The University of Chicago Press, 1990.

COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. **Direito e economia**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

EASTERBROOK, F. **The economic structure of corporate law**. Cambridge: Harvard University Press, 1996

KRAAKMAN, Reiner. et al. **The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach**. Oxford: Oxford University, 2000.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito**. São Paulo, Atlas, 2014.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. [S.l.]: Instituto Liberal, 2002.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. São Paulo: Campus, 2005.

SZTAJN, Rachel. **Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados**. São Paulo: Atlas, 2004.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio; **Direito, economia e organizações**. [S.l.]: Campus, 2005.

YAZBEK, Otavio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. [S.l.]: Elsevier, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Fernando. **Análise econômica do direito, programa e guia de estudo**. [S.l.]: Almedina, 2008.

ASCARELLI, Tullio. **Panorama do direito comercial**. São Paulo: Saraiva e Cia, 1947.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.

BAINBRIDGE, Stephen M. **Corporate governance after the financial crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CRETELLA NETO, José. **Empresa transnacional e direito internacional: exame do tema à luz da globalização**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa**. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.

MENDONÇA, J. X. Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945. v. 1.

POLINSKY, A. Mitchell. **An introduction to law and economics**. 3rd ed. New York: Aspen Publishers, 2003.

POSNER, Richard A. **Economic analysis of law**: aspen law. 8th ed. [S.l.]: Wolters Kluwer, 2005.

POSNER, Richard A. **How judges think**. [S.l.]: Harvard University Press, 2008.

SHAVELL, Steven. **Economic analysis of law**. [S.l.]: Foundation Press, 2004.

SHAVELL, Steven. **Foundations of economic analysis of law**. [S.l.]: Harvard University Press, 2004.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Malheiros, 2004.
v. 1.

VIVANTE, Cesare. **Trattato di diritto commerciale**. 5. ed. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1934. v. 1.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Compliance e Direitos Sociais

Ano/Semestre: 2022/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121803

Professor: Cristiano Colombo

EMENTA

Análise econômica do direito e contexto empresarial, com noções básicas acerca da teoria econômica da empresa e a perspectiva dos custos de transação. Direito do trabalho e economia, o contrato de trabalho sob a perspectiva de análise da assimetria informacional, custos de agência, risco moral, seleção adversa e sinalização. O efeito de aprisionamento contratual (contractual hold-up) e a relação de trabalho. Economia comportamental e vieses cognitivos aplicados ao contrato de trabalho. Análise de custo-benefício, a efetivação de programas de compliance trabalhista e o halo effect.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Programas de Compliance. O Compliance como instituto originário do Direito Penal e Direito Administrativo. Empresa e Compliance. Risco Judicial e Compliance. Efetivação do Compliance em matéria trabalhista.

OBJETIVOS

- a) Trabalhar com as ferramentas de análise econômica do direito na percepção do contexto empresarial, principalmente na visão da empresa como polo contratual;
- b) Dominar noções básicas de análise econômica do direito de trabalho, especialmente a assimetria informacional no contrato de trabalho e potenciais custos de agência, com a identificação de situações envolvendo risco moral, seleção adversa e sinalização;
- c) Compreender noções básicas de economia comportamental, através do exame dos principais vieses cognitivos e sua caracterização na relação de trabalho.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORJAS, George. Economia do trabalho. Trad. R. Brian Taylor. Rev. téc. Giacomo Balbinotto Neto. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; SILVA, Michael César; THIBAU, Vinícius Lott (Coord.) O Direito Privado e o novo Código de Processo Civil: repercussões, diálogos e tendências. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

CAVALLI, Cassio. Empresa, direito e economia. São Paulo: Saraiva, 2014.

COASE, R. H. The firm, the market and the law. [S.l.]: The University of Chicago Press, 1990.

COIMBRA, Marcelo de; MANZI, Vanessa A. Manual de compliance: preservando a boa governança e integridade das organizações. São Paulo: Atlas, 2010.

COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. Direito e economia. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

EASTERBROOK, F. The economic structure of corporate law. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

GORGA, Érica. Direito societário atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KRAAKMAN, Reiner. et al. The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach. Oxford: Oxford University, 2000.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. Análise econômica do direito. São Paulo, Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. Manual de auditoria jurídica: legal due diligence: uma visão multidisciplinar no direito empresarial brasileiro. Rio de Janeiro: Quartier Latin. 2007.

ARAÚJO, Fernando. Análise econômica do direito, programa e guia de estudo. [S.l.]: Almedina, 2008.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. Revista de Direito Mercantil, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.

BAINBRIDGE, Stephen M. Corporate governance after the financial crisis. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CRETELLA NETO, José. Empresa transnacional e direito internacional: exame do tema à luz da globalização. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

DA SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. Governança corporativa no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de empresa. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.

HEINEN, Juliano. Comentários à Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2015. Belo Horizonte: Fórum, 2015

NORTH, Douglass C. Custos de transação, instituições e desempenho econômico. [S.l.]: Instituto Liberal, 2002.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Direito, economia e mercados. São Paulo: Campus, 2005.

SZTAJN, Rachel. Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados. São Paulo: Atlas, 2004.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio; Direito, economia e organizações. [S.l.]: Campus, 2005.

YAZBEK, Otavio. Regulação do mercado financeiro e de capitais. 2. ed. [S.l.]: Elsevier, 2008.

POSNER, Richard A. Economic analysis of law: aspen law. 8th ed. [S.l.]: Wolters Kluw

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Insolvência e Recuperação Empresarial

Ano/Semestre: 2022/2

Carga horária total: 30 horas/aula

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina:

Professores:

EMENTA

Análise dos institutos da falência e da recuperação judicial e extrajudicial empresarial, tanto no âmbito nacional quanto internacional e seus efeitos na gestão empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Recuperação judicial e extrajudicial e seus aspectos jurídicos e econômicos.
- Recuperação judicial: pressupostos e condições do pedido de recuperação, verificação dos créditos.
- Órgãos concursais: administrador judicial, comitê de credores, assembléia geral de credores.
- Efeitos da recuperação quanto à pessoa, obrigações e bens do devedor.
- Plano de recuperação: fase de observação, fase de cumprimento, convocação da recuperação em falência.
- Falência e seus aspectos jurídicos e econômicos.
- Pressupostos e condições da ação falimentar, processamento, sentença, recursos cabíveis.

- Fase falimentar: formação da massa objetiva, arrecadação, liquidação do ativo, ações falimentares, responsabilidade dos sócios e administradores da sociedade, formação da massa subjetiva, verificação e classificação dos créditos, formação do quadro geral de credores, pagamento, sentença de encerramento.
- Efeitos da falência quanto à pessoa, obrigações e bens do devedor.
- Fase pós-falimentar: extinção das obrigações, reabilitação.
- Crimes Falimentares.
- Temas especiais de direito concursal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYOUB, Luiz Roberto e CAVALLI, Cássio. **A construção jurisprudencial da Recuperação Judicial de empresas**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de recuperação de empresas e falências**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BUSCHINELLI, Gabriel Saad Kik. **Abuso do Direito de Voto na Assembleia Geral de Credores**. São Paulo: Quartier Latin, 2014

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial**. 6. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Leonardo Adriano Ribeiro. **Financiamento na recuperação judicial e na falência**. São Paulo: Quartier Latin, 2014

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo Vieira Von. (coord.). **Temas de direito empresarial e outros estudos: em homenagem ao Professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães**. São Paulo: Malheiros, 2014

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Rachel. **Falência e recuperação da empresa em crise: comparação com as posições do direito europeu**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

IMHOF, Cristiano. **Lei de falências e de recuperação de empresas e sua interpretação jurisprudencial**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

MAMEDE, Gladston. **Falência e recuperação de empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PAIVA, Luiz Fernando Valente de (coord.). **Direito falimentar e a nova lei de falências e recuperação de empresas: Lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005 e LC 118 de 9 de fevereiro de 2005**. São Paulo : Quartier Latin, 2005

SANTOS, Paulo Penalva (coord.). **A nova lei de Falência e de recuperação de Empresas – lei nº 11.101/05**. Rio de Janeiro: 2007.

SOUZA JÚNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antônio Sérgio Altieri de Moraes; MARTIN, Antonio; ZANINI, Carlos Klein; MUNHOZ, Eduardo Secchi; FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; NOSTRE, Guilherm. **Comentários à lei de recuperação de empresas e falências: Lei 11.101/2005 - artigo por artigo**. 2. ed. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2007

SPINELLI, Luís Felipe; TELLECHEA, Rodrigo; SCALZILLI, João Pedro. **Recuperação de Empresas e Falência. Teoria e prática na Lei 11.101/2005**. São Paulo: Almedina, 2016

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de; ABRÃO, Carlos Henrique (coord.). **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. 04 ed. 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR JUNIOR, Ruy Rosado de. A desconsideração da personalidade jurídica e a falência. In: ESTEVEZ, André Fernandes; JOBIM, Marcio Felix (org.). **Estudos de Direito Empresarial – Homenagem aos 50 anos de docência do Professor Peter Walter Ashton**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. Juízo universal e pedido de restituição na recuperação judicial (Jurisprudência comentada). **Revista dos Tribunais**, São Paulo , n.972, p. 403-408, out. 2016.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. O poder dos credores e o poder do juiz na falência e recuperação judicial. **Revista dos Tribunais**, São Paulo , n.936, p.43-71, out. 2013.

CALÇAS, Manoel de Queiroz Pereira; SILVA, Ruth Maria Junqueira de Andrade Pereira e. Da cessão fiduciária de crédito na recuperação judicial: análise da jurisprudência. **Cadernos Jurídicos**, São Paulo , v.16, n.39, p. 9-19, jan./mar. 2015.

CEREZETTI, Sheila Christina Neder: A prevalência da vontade da assembléia-geral de credores em questão: o cram down e a apreciação judicial do plano aprovado por todas as classes. **Revista de Direito Mercantil: Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo , v.45,n.143, p.202-242, jul. 2006.

FRANCO, Vera Helena de Mello. A crise econômica e a reforma do direito concursal no continente europeu: função social ou manutenção da atividade? **Revista dos Tribunais**, São Paulo , n.936, p. 73-112, out. 2013.

LOBO, Jorge Joaquim. Responsabilidade por obrigações e dívidas da sociedade empresária na recuperação extrajudicial, na recuperação judicial e na falência. **Revista Jurídica**, Porto Alegre , v.355, p.47-57, maio. 2007.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Criação de subsidiária integral nos termos do artigo 50, inciso II, da Lei nº 11.101/05, objetivando gerar recursos para saldar obrigações de empresa em recuperação judicial. As empresas criadas nos termos dos referidos dispositivos não carregam as responsabilidades da empresa em recuperação. Declaração de inidoneidade da empresa mãe não se transfere para a empresa criada por determinação judicial (Parecer). **Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor**, Porto Alegre, v.9, n.54, p. 36-58, dez. 2013/jan. 2014.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. Anotações sobre os limites do poder jurisdicional na apreciação do plano de recuperação judicial. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo , v. 10, n. 36, p. 184-199, abr./jun. 2007.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. Cessão fiduciária de direitos de crédito e recuperação judicial de empresa. **Revista do Advogado**, São Paulo , v.29, n.105, p. 33-47, set. 2009.

SPINELLI, Luis Felipe; SILVA, Rodrigo Tellechea; SCALZILLI, João Pedro. Os efeitos do aval na recuperação judicial e na falência. **Revista do Advogado**, São Paulo , n.131, p. 109-122, out. 2016.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de. O plano de recuperação e o controle judicial da legalidade. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo , v.16, n.60, p. 307-324, abr./jun. 2013.

WAISBERG, Ivo. A garantia real sobre bem de terceiro e a sua classificação para fins da recuperação judicial. **Revista Brasileira de Direito Comercial**, Porto Alegre , v.1, n.1, p. 73-81, out./nov. 2014.

WAISBERG, Ivo; LIMA, Stefan Lourenço de. Fundos de investimento e sua utilização em recuperação judicial - Aspectos relevantes. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo , v.16, n.60, p. 205-221, abr./jun. 2013.

WAISBERG, Ivo. Justiça do trabalho e recuperação judicial (jurisprudência comentada). **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo , v. 10, n. 37, p. 245-258, jul./set. 2007.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Processo Previdenciário na Prática Empresarial

Ano/Semestre: 2022/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121807

Professor: Cristiano Colombo

EMENTA

Princípios do Processo Previdenciário. Início do Processo Previdenciário. Fase Instrutória do Processo Previdenciário. Fase Decisória do Processo Previdenciário. Recursos Administrativos. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Embargo de Declaração e Erro Material. Reclamação ao Conselho Pleno. Uniformização de Jurisprudência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Juizado Especial Federal. Prática Processual. Justiça Federal. Prática Processual. Instâncias Superiores. Prática Processual. Mandado de Segurança e Benefícios Previdenciários. A Sentença Trabalhista e sua Repercussão no Direito Previdenciário. Decisões Previdenciárias Comentadas da TNU, do STJ e do STF. Prática Processual. Dano Moral Previdenciário. Teses no Direito Previdenciário.

OBJETIVOS

- a) Compreender a sistemática processual previdenciária no contexto das demandas contemporâneas;
- b) Estudar todas as fases do processo previdenciário e suas implicações no cotidiano empresarial;
- c) Refletir sobre os efeitos da sentença trabalhista no processo previdenciário.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BALERA, Wagner. A seguridade social na Constituição de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.
- BARBOSA, Gustavo Garcia. Direito do trabalho, seguridade social e processo civil: a evolução diante das mudanças no sistema jurídico. São Paulo: Saraiva, 2016.
- BELTRÃO, Irapuã. Curso de direito tributário. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Livro Eletrônico.
- BRAGANÇA, Kerlly Huback. Manual de direito previdenciário. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. Livro Eletrônico.
- BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo código de processo civil brasileiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Livro eletrônico.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016. Livro Eletrônico.

CHAMON, Omar. Introdução ao direito previdenciário. 1. ed. Barueri: Manole, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DALSOTTO, Juliana Guasselli; TRICHES, Alexandre Schumacher. Da ampliação do instituto da grande invalidez para outros benefícios previdenciários – limites e possibilidades. Revista Direito Cultura e Cidadania - CNEC OSÓRIO / FACOS VOL. 4 – Nº 1 – MARÇO/2014 – ISSN 2236-3734. Disponível em: <http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/direito_cultura_e_cidadania/marco_2014/pdf/da_ampliao_do_instituto_da_grande_invalidez_para_outros_beneficios_previdenciarios_limites_e_possibilidades.pdf>.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Eduardo Rocha. Curso de direito previdenciário. 3 ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

DUARTE, Marina Vasques. Direito previdenciário. 5. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

EDUARDO, Ítalo Romano. EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. Curso de direito previdenciário. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FELIPE, J. Franklin Alves. Curso de direito previdenciário. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FELIX, Jorge. Desafios da previdência social para um país que envelhece e o risco da aposentadoria como prêmio. In: BERZINS, Marília Viana; BORGES, Maria Claudia (Org.). Políticas públicas para um país que envelhece. São Paulo: Martinari, 2012. p. 137-154.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de direito da seguridade social. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GLASENAPP, Ricardo Bernd. Direito previdenciário. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

GOES, Hugo. Manual de direito previdenciário. 10. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2015.

HORVAT JÚNIOR, Miguel; AMORIM, José Roberto Neves (Coord.). Direito previdenciário. Barueri: Manole, 2011.

HORVATH JÚNIOR, Miguel. Direito previdenciário. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2002.